

Relatório da Unidade Curricular

Relato da Sustentabilidade

Relatório apresentado à Universidade do Algarve, em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 5º do Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de junho, para efeitos de admissão a provas de Agregação no ramo do conhecimento em Ciências Económicas e Empresariais, Especialidade de Gestão

Sónia Maria da Silva Monteiro

Setembro, 2024

Índice

Introdução	1
1. Justificação do tema “Relato da Sustentabilidade” na oferta formativa das Escolas de Gestão	3
Referências	5
2. Enquadramento da unidade curricular, objetivos e resultados de aprendizagem	7
2.1 A UC “Relato da Sustentabilidade” no curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças	7
2.2 Objetivos e resultados de aprendizagem	8
3. Estratégias de ensino-aprendizagem, planificação e avaliação	12
3.1 Estratégias de ensino-aprendizagem	12
3.2 Metodologia de Avaliação	13
3.3 Planificação da UC e recursos didáticos	14
4. Sinopse dos conteúdos programáticos e bibliografia recomendada	16
4.1 Capítulo 1: Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável	16
Referências	19
4.2 Capítulo 2- Evolução do relato não financeiro e da sustentabilidade	21
Referências	26
4.3 Capítulo 3 - Investigação em contabilidade e relato da sustentabilidade	27
Referências	34
4.4 Bibliografia recomendada	38
Apêndices	42
Apêndice 1 – Exemplo de Quizz	42
Apêndice 2- Trabalho de grupo: guião de análise	43
Apêndice 3 - Critérios de avaliação da apresentação do vídeo (avaliação pelos pares)	44
Apêndice 4- Trabalho individual: <i>template</i>	45
Apêndice 5 - Critérios de avaliação da apresentação do trabalho individual (avaliação pelos pares)	48

Acrónimos e Siglas

APNOR - Associação dos Institutos Superiores Politécnicos da Região Norte

BCDS- Climate Disclosure Standards Board

CSRD - Corporate Sustainability Reporting Directive

DC - Diretriz Contabilística

ECTS -European credit transfer and accumulation system

EFRAG - European Financial Reporting Advisory Group

ESG - Environmental, Social, Governance

ESRS -European Sustainability Reporting Standards

GRI - Global Reporting Initiative

GTF -The Global Taskforce of Local and Regional Governments

IES - Instituições de Ensino Superior

IFRS - International Financial Reporting Standards

IIRC - International Integrated Reporting Council

IPSASB - International Public Sector Accounting Standards Board

ISSB - Sustainability Standards Board

MCF - Mestrado em Contabilidade e Finanças

NCRF - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NFRD- Non-Financial Reporting Directive

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PME - Pequenas e Médias Empresas

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

RSE- Responsabilidade Social das Empresas

SASB - Sustainability Accounting Standards Board

SD - Desenvolvimento sustentável

SNC- Sistema de Normalização Contabilística

UC - Unidade curricular

UE - União Europeia

Introdução

O presente relatório visa dar cumprimento à alínea b), do artigo 5º do Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de junho, no que respeita à apresentação do relatório de uma unidade curricular (UC) para efeitos de submissão a Provas Públicas de Agregação no ramo de conhecimento em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade do Algarve.

O relatório apresenta o programa, os conteúdos e os métodos do ensino da UC “Relato da Sustentabilidade”, que se propõe incluir como UC opcional no curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças (MCF) da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos da Região Norte (APNOR).

O curso de MCF entrou em funcionamento no ano letivo 2009/2010, estando desde essa data em funcionamento no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, no Instituto Politécnico de Bragança e no Instituto Politécnico de Viana do Castelo. O primeiro plano de estudos do curso de MCF contemplava a UC “Contabilidade da Sustentabilidade” (conforme Despacho nº 32781/2012, Diário da República, 2ª série, nº 46, 5 de março de 2012). Todavia, sendo uma UC opcional nunca foi lecionada em nenhuma das instituições acima referidas. Nesse sentido, no processo de avaliação de 2013 procedeu-se à reestruturação do plano de estudos do ciclo de estudos (conforme Despacho nº 14239/2013, Diário da República, 2ª série — nº 214 — 5 de novembro de 2013) tendo sido eliminadas algumas UC opcionais, entre as quais a UC “Contabilidade da Sustentabilidade”.

O reconhecimento a nível internacional, e em particular no seio da União Europeia (UE), da importância da sustentabilidade e da disponibilização de informação não financeira comparável e fiável por parte dos agentes económicos, tem conduzido a um esforço de harmonização do relato da sustentabilidade, ao qual Portugal não tem ficado indiferente. Considerando a relevância desta temática numa escola de gestão, e em particular no ensino da Contabilidade (conforme exposto no ponto seguinte), enquanto membro da Assembleia Geral da APNOR, é minha intenção sugerir à comissão científica do curso de MCF que o plano de estudos possa ser reestruturado no sentido de contemplar novamente a UC acima referida no leque de UC opcionais, ajustando a designação para “Relato da Sustentabilidade”, e que a oferta desta UC possa também ser alargada ao Mestrado em Gestão das Organizações, também ministrado pela APNOR.

A escolha por esta UC para a candidata prestar as provas de agregação resulta de um processo natural decorrente do seu percurso académico e de investigação. Há mais de 20 anos que a área da contabilidade e gestão ambiental tem sido o principal interesse de investigação da candidata, tendo apresentado dissertação de mestrado (2002) e tese de doutoramento (2007) nesta área. O entusiasmo pela temática levou a candidata a continuar a aperfeiçoar o conhecimento científico nesta área, procurando acompanhar a evolução da academia científica e dos organismos reguladores. Assim, a sua produção científica e intervenções públicas têm sido maioritariamente na área da contabilidade e responsabilidade social e ambiental, relato não financeiro e de sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O particular interesse pelos ODS resulta do convite, em 2019, para ser Embaixadora da Aliança

ODS Portugal da United Nations Global Compact Network Portugal, no ODS 4 (Educação de Qualidade).

Fruto deste trabalho de investigação, desde novembro 2013, a candidata coordena o grupo de investigação em Contabilidade e Responsabilidade Social do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), no qual tem tido uma participação ativa através da supervisão de bolsiros de investigação e da organização de eventos científicos internacionais na área que coordena (VIIth GECAMB -Conference on Environmental Management and Accounting em 2016 e 18th International Conference on Corporate Social Responsibility e 9th Organizational Governance- SRRNet Conference, em 2019).

Ao nível do ensino, não obstante os cursos de licenciatura e de mestrado onde a candidata leciona não contemplarem nenhuma UC específica sobre contabilidade e relato da sustentabilidade, a candidata tem procurado introduzir o tema na UC Complementos de Contabilidade Financeira do curso de MCF, dedicando um capítulo ao “Relato não financeiro: relato da sustentabilidade e relato integrado” e abordando também a Norma Contabilística e de relato financeiro (NCFR) 26, sobre matérias ambientais. É desta forma que tem cativado alguns estudantes de mestrado para a realização da dissertação nestas áreas, sob a sua supervisão. Tem também tido oportunidade de colaborar, desde 2018, no Doutoramento em Contabilidade da Universidade de Aveiro, na UC de Seminários, com a temática “Investigação em contabilidade e responsabilidade social”.

Este relatório constitui, assim, uma oportunidade para dar o relevo e o espaço merecido à área da sustentabilidade na oferta curricular dos mestrados da APNOR, procurando transpor para a UC proposta o conhecimento e experiência científico-pedagógica da candidata.

Após esta introdução, o relatório encontra-se estruturado em quatro pontos. Começamos por efetuar uma reflexão sobre a necessidade de incluir o tema do Relato da Sustentabilidade na oferta formativa das Escolas de Gestão e, mais particularmente, em cursos da área da Contabilidade. No segundo ponto, apresenta-se o enquadramento da UC no ciclo de estudos correspondente, os seus objetivos e resultados de aprendizagem a adquirir pelos estudantes. No terceiro ponto, são apresentadas as metodologias de ensino-aprendizagem e avaliação, bem como o planeamento dos tempos letivos. No último ponto é apresentada uma sinopse dos conteúdos programáticos a lecionar e a bibliografia recomendada de suporte a cada capítulo do programa.

1. Justificação do tema “Relato da Sustentabilidade” na oferta formativa das Escolas de Gestão

A inclusão do tema "Relato da Sustentabilidade" nos cursos ministrados em Escolas de Gestão assume cada vez maior relevância, devido à crescente importância atribuída à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável pelas organizações e pela sociedade em geral, às novas exigências regulatórias nesta área (como é o caso da Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativo), e ao seu impacto estratégico nas organizações.

Na área das ciências empresariais, entender o conceito de desenvolvimento sustentável e associá-lo à estratégia de negócios é crucial para futuros gestores levarem as organizações a agir de forma responsável e sustentável (Bebbington & Unerman, 2018; Botes et al., 2014). Por outro lado, o estudo do tema do relato da sustentabilidade permite desenvolver competências analíticas, preparando os estudantes para atender às exigências dos stakeholders e dos reguladores por transparência da informação, e alinhar a sua formação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo que estejam prontos para liderar num futuro onde a sustentabilidade é central para o sucesso organizacional.

Desde a aprovação da Agenda 2030, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) têm se esforçado para implementá-la nas suas áreas de atuação (educação, investigação, operações no campus e envolvimento com a comunidade), mas ainda há muito a ser feito na área do ensino, especialmente em contabilidade e gestão. Os profissionais dessas áreas precisam lidar com questões de sustentabilidade, porém os currículos universitários ainda não cobrem adequadamente esses temas.

Por exemplo, em França, há evidência empírica de que a sustentabilidade não está muito presente nos programas de educação contabilística financiados pelo governo (Boulianne et al., 2018). No Brasil, por outro lado, existe uma crescente preocupação em integrar este tema nos currículos (Leal Filho et al., 2021). A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, criou o componente curricular "Os 17 ODS e Escolas de Negócios", enquanto a Universidade Federal da Bahia (UFBA) oferece o componente curricular "Contabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" que, através da gamificação, promove atividades lúdicas para sensibilizar e refletir sobre como a Agenda 2030 pode ser aplicada nas empresas e na vida quotidiana dos estudantes de Contabilidade e Administração (Gomes et al., 2021). Cooray et al. (2022) obtiveram evidência empírica no Sri Lanka, observando uma introdução gradual dos conceitos de sustentabilidade nos programas curriculares de contabilidade, abrangendo dimensões como relatórios externos, contabilidade de gestão, governação e ética.

Em Portugal, apenas 7,7% dos cursos em 33 IES abordam pelo menos um ODS (Aleixo et al., 2020), e metade dos estudantes conhece os ODS e considera que as IES devem oferecer mais formação nesta área (Aleixo et al., 2021). Em particular na área das ciências económicas, Gomes, Jorge e Eugénio (2021) efetuaram uma análise de conteúdo aos planos de estudos e conteúdos programáticos dos cursos de licenciatura e mestrado nas áreas de Contabilidade e Fiscalidade e de Gestão e Administração de Empresas, tendo concluído que o ensino de temáticas relacionadas com desenvolvimento sustentável está integrado em apenas 48,5% dos cursos e apenas 79 unidades curriculares são obrigatórias. Dos vários temas abordados nos conteúdos programáticos, a categoria “Relatório” (que inclui tópicos como Relatórios de

Sustentabilidade, Relatórios Integrados, Relatórios Sociais e Ambientais) encontra-se entre as menos lecionadas, embora seja mais frequente a abordagem a este tema nos cursos de contabilidade e fiscalidade.

Mburayi & Wall (2018) destacam a falta de integração de competências em sustentabilidade nos programas educativos de contabilidade e finanças, em comparação com outras disciplinas da área da gestão. No entanto, o papel dos contabilistas está, e tem de continuar, a evoluir para se alinhar às novas exigências de relato corporativo, impulsionadas pelas pressões dos stakeholders e regulatórias.

As novas gerações são, tendencialmente, mais despertas para temas relacionadas com a sustentabilidade, (e.g. alterações climáticas, direitos humanos, questões de ética, corrupção, etc.) e estão mais predispostas para abarcar estas aprendizagens. Delgado et al. (2019), observaram, em escolas de gestão de universidades portuguesas, que estudantes do sexo feminino e que frequentam cursos de mestrado em Ciências económicas e em Contabilidade e controlo de gestão tendem a possuir uma maior orientação para as questões de ética e sustentabilidade. Eugénio et al. (2021) investigaram os fatores que afetam a intenção dos estudantes de seguir uma carreira em contabilidade de sustentabilidade. O estudo conclui que atitudes positivas em relação à sustentabilidade, apoio social e confiança nas próprias habilidades influenciam significativamente essa intenção. Os autores enfatizam a importância de integrar temas de sustentabilidade na educação contabilística para incentivar o envolvimento futuro dos estudantes. Um estudo de Collier et al (2022) observou que a inclusão de atividades de aprendizagem focadas na sustentabilidade e no desenvolvimento sustentável em cursos de gestão tem aumentado a aprendizagem e a curiosidade dos alunos, mesmo após a licenciatura.

Portanto, as Escolas de Gestão têm potencial para se tornarem um importante motor para o desenvolvimento sustentável, pois são a principal fonte de educação e fazem a ligação entre a geração de conhecimento e a transferência de conhecimento para a sociedade e para as empresas (Findler, 2021, Kolb et al., 2017). Assim, as Escolas de Gestão, onde são ministrados os cursos de Contabilidade, devem ser desafiadas a formar profissionais com uma formação abrangente que permita uma melhor compreensão do ambiente organizacional e o desenvolvimento de novas competências e atitudes em relação à sustentabilidade.

Mburayi & Wall (2018) defendem que o compromisso institucional é essencial para uma integração eficaz e sugere a necessidade de reformular os currículos de contabilidade e finanças para incluir a sustentabilidade de forma mais significativa. Além disso, defendem uma abordagem educativa transformadora, que prepare os estudantes para enfrentar os desafios ambientais e sociais no contexto profissional.

Cho et al. (2024) discutem o papel transformador, os desafios e as perspetivas da educação em contabilidade de sustentabilidade, sugerindo duas áreas de expansão desta área: a necessidade de atualizar os currículos de contabilidade e a introdução de novas pedagogias para transformar a educação contabilística. Os autores acrescentam que esta oportunidade de transformação exige a colaboração com organismos profissionais para definir o currículo. Embora desafiador, os educadores (em particular as IES) e os organismos profissionais devem colaborar para adaptar os currículos de acordo com as exigências do desenvolvimento sustentável e da empregabilidade futura.

Na mesma linha de pensamento, Twyford et al. (2024) discute como os ODS podem impulsionar mudanças na educação contabilística e na sociedade, propondo que os currículos de contabilidade sejam alinhados com os ODS, transformando o papel dos profissionais da contabilidade em agentes de mudança para o desenvolvimento sustentável. Particularmente no que respeita ao relato da sustentabilidade, Mbakbuin et al. (2024) destacam a importância da inclusão dessa temática nos currículos de contabilidade e finanças, devido à crescente relevância dos relatórios de sustentabilidade no ambiente empresarial, em particular, face à recente intensificação da regulamentação tanto na UE quanto a nível internacional.

O Ensino superior deve, pois, reforçar a sua resposta com novas aprendizagens e desenvolvimento de novas competências. A inclusão das matérias relacionadas com a sustentabilidade atravessa toda a oferta formativa, desde uma abordagem mais disseminada na licenciatura, a uma formação específica ao nível da formação do 2º ciclo (como mestrados, pós-graduações e cursos de especialização).

A formação na área da sustentabilidade não deve ser específica a um ramo do conhecimento. Assim, é urgente e imperativo a inclusão de UC que desenvolvam competências nas áreas da estratégia, risco e sustentabilidade, e a interligação destas às finanças empresariais, à ética profissional e à contabilidade e relato de informação não financeira, nos tópicos ESG (Environmental, Social and Governance). É precisamente neste contexto que se justifica a proposta da UC “Relato da Sustentabilidade”, cujo enquadramento, programa e metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação se encontram explanados nos pontos seguintes deste relatório.

Referências

- Aleixo, A., Azeiteiro, U. & Leal, S. (2020). Are the sustainable development goals being implemented in the Portuguese higher education formative offer? *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 21(2), 336-352. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-04-2019-0150>
- Aleixo, A., Leal, S. & Azeiteiro, U. (2021), Higher education students' perceptions of sustainable development in Portugal, *Journal of Cleaner Production*, 327, p. 129429. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.129429>
- Bebbington, J. & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31 (1), 2-24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>
- Botes, V., Low, M. & Chapman, J. (2014), Is accounting education sufficiently sustainable?, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(1), 95-124. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-11-2012-0041>
- Boulianne, E., Keddie, L. & Postaire, M. (2018). (Non) coverage of sustainability within the French professional accounting education program, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 9 (2). <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2017-0119>
- Cho, C. & Costa, E. (2024), Sustainability accounting education: challenges and outlook, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2024-0152>
- Collier, E., Odell, K. & Rosenbloom, A. (2022). Teaching sustainable development: an approach to rapidly introducing the UN sustainable development goals into an undergraduate business curriculum, *Journal of Global Responsibility*, 13 (4), 361-379. <https://doi.org/10.1108/JGR-11-2021-0100>
- Cooray, T., Senarathne, S. & Gunarathne, N. (2022). Engagement with Sustainable Development Goals in Accounting Education: The Case of a Public University in Sri Lanka. In: Öztürk, M. (eds) Engagement with

Sustainable Development in Higher Education. Sustainable Development Goals Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-07191-1_2

Delgado, C., Venkatesh, M., Castelo Branco, M. & Silva, T. (2020). Ethics, responsibility and sustainability orientation among economics and management masters' Students. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 21 (2), pp. 181-199. DOI: 10.1108/IJSHE-02-2019-0058

Eugenio, T., Carreira, P., Miettinen, N. & Lourenço, I. (2022). Understanding students' future intention to engage in sustainability accounting: the case of Malaysia and the Philippines, *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 12 (4). 695-715. <https://doi.org/10.1108/JAEE-10-2020-0277>

Findler, F. (2021). Toward a sustainability assessment framework of research impacts: Contributions of a business school. *Sustainable Development*, June. 1-14, <https://doi.org/10.1002/sd.2218>

Gomes, S., Jorge, S. & Eugénio, T. (2021). Teaching sustainable development in business sciences degrees: evidence from Portugal. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 12 (3), 611-634. <http://doi.org/10.1108/sampj-10-2019-0365>

Gomes, S., Aguiar, J., Santiago, Y. & Ribeiro, V. (2021). A concepção da Gamificação no fomento do conhecimento sobre os ODS. In: 21º USP International Conference in Accounting. São Paulo: Anais do 21º USP International Conference in Accounting.

Kolb, M., Frohlich, L. & Schmidpeter, R. (2017). Implementing sustainability as the new normal: responsible management education - From a private business schools' perspective, *The International Journal of Management Education*, 15 (2), 280-292. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2017.03.009>

Leal Filho, W., Frankenberger, F., Salvia, A.L., Azeiteiro, U., Alves, F., Castro, P., Will, M., Platje, J., Lovren, V. O., Brandli, L., Price, E., Doni, F., Mifsud, M. and Ávila, L.V. (2021), A framework for the implementation of the Sustainable Development Goals in university programmes, *Journal of Cleaner Production*, 299, 126915. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126915>

Mbakbuin, C., Iyoha, F., Ekwe, M., Queenta, S., Ogaba, M., & Ayanate, I. (2024). Integrating Sustainability Reporting Education into the Accounting and Finance Curriculum: A Review of Literature. *Innovations*, 77, March, 79-96

Mburayi, L., & Wall, T. (2018). Sustainability in the professional accounting and finance curriculum: an exploration. *Higher Education, Skills and Work-Based Learning*, 8(3), 291-311. <https://doi.org/10.1108/HESWBL-03-2018-0036>.

Twyford, E. , Musundwa, S., Tanimu, F. & George, S. (2024), Bridging the gap: sustainable development goals as catalysts for change in accounting education and society, *Meditari Accountancy Research*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2024-2375>

2. Enquadramento da unidade curricular, objetivos e resultados de aprendizagem

2.1 A UC “Relato da Sustentabilidade” no curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças

O curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças (MCF) da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos da Região Norte (APNOR) encontra-se repartido em 3 semestres, sendo os dois primeiros dedicados à parte curricular, onde consta um leque de UC obrigatórias e opcionais, de áreas científicas diferentes. Terminado o 1º ano curricular, os estudantes dedicam-se à elaboração de Dissertação/Projeto/Estágio, durante o 3º semestre, sendo que para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças o estudante deve perfazer 100 ECTS (*European credit transfer and accumulation system*).

A UC “Relato da Sustentabilidade” proposta neste relatório enquadra-se na área científica de Contabilidade, no leque de UC opcionais do plano de estudos curso, com um total de 6 ECTS. Deste modo, reforça-se o total de créditos optativos da área científica de Contabilidade, passando de 9 para 15 ECTS. Para manter o total de 100 ECTS do curso de mestrado teria de ser eliminada uma UC optativa da área científica de finanças (passando de 24 para 18 ECTS). Esta solução parece-nos que conduz a uma repartição mais equitativa dos ECTS optativos das duas áreas científicas nucleares do mestrado: Contabilidade e Finanças (conforme tabela 1).

Tabela 1: Áreas científicas e ECTS do curso de MCF

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Contabilidade	CONT	38	
Finanças	FIN	38	
Fiscalidade	FISC	6	
Ciências sociais e do comportamento	CSC	6	
Contabilidade	CONT		9+6=15
Finanças	FIN		24-6=18
Matemática	MAT		6
		88	12

Fonte: Plano de estudos do curso de MCF (adaptado), Despacho nº 14239/2013, DR nº 214, 5/11/2013

Sugere-se que a UC de opção “Relato da Sustentabilidade” seja oferecida no 2º semestre do curso, de modo a articular-se não só com outras UC que a precedem (nomeadamente Complementos de Contabilidade Financeira e Metodologias da investigação e de elaboração de trabalhos), mas também com a UC Dissertação/Projeto/Estágio, a decorrer no 3º semestre. À semelhança das demais UC do curso, propõe-se para esta UC 36 horas de contacto, de ensino teórico-prático, correspondente a 162 horas de trabalho (conforme tabela 2).

Tabela 2: Plano de estudos do curso de MCF

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
Metodologias da Investigação e de Elaboração de Trabalhos	CSC	S1	162	TP: 36	6
Complementos de Finanças Empresariais	FIN	S1	162	TP: 36	6
Mercados e Instrumentos Financeiros	CONT	S1	162	TP: 36	6
UC opcional	CONT/FIN/MAT	S1	162	TP: 36	6
Tópicos Avançados de Fiscalidade	FISC	S2	162	TP: 36	6
Contabilidade de Grupos Económicos	CONT	S2	162	TP: 36	6
Avaliação de Empresas e de Negócios	FIN	S2	162	TP: 36	6
Novas Tendências de Contabilidade de Gestão	CONT	S2	162	TP: 36	6
UC opcional	CONT/FIN/MAT	S2	162	TP: 36	6
Dissertação/Projeto/Estágio	CONT/FIN	S3	1080	OT:60	40

Unidades curriculares opcionais	Área científica	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
		Total	Contacto	
Tratamento e Análise de Dados	MAT	162	TP: 36	6
Análise e Gestão de Risco	FIN	162	TP: 36	6
Finanças Comportamentais	FIN	162	TP: 36	6
Finanças Internacionais	FIN	162	TP: 36	6
Complementos de Contabilidade e Finanças Públicas	CONT/FIN	162	TP: 36	6
Sistema de controlo de gestão	CONT/FIN	162	TP: 36	6
Auditoria Financeira	CONT	162	TP: 36	6
Relato da sustentabilidade	CONT	162	TP: 36	6

Fonte: Plano de estudos do curso de MCF (adaptado), Despacho nº 14239/2013, DR nº 214, 5/11/2013

2.2 Objetivos e resultados de aprendizagem

A UC “Relato da Sustentabilidade” tem como objetivo geral proporcionar aos estudantes a sensibilidade necessária para as questões da sustentabilidade e da Agenda 2030, e dotar os estudantes de conhecimentos teórico-práticos que lhes permita dominar a temática do relato da sustentabilidade, e sua interligação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma realidade cada vez mais presente nas organizações, do sejam do setor público ou privado. Adicionalmente, pretende-se que os estudantes conheçam o panorama atual da investigação empírica nesta área, e as tendências emergentes para investigação futura, abrindo pistas para eventuais temas a investigar no 2º ano do curso de mestrado, no âmbito da dissertação.

A UC pretende desenvolver competências técnico-científicas nos estudantes no que respeita à sustentabilidade e à informação não financeira a ser divulgada pelas organizações, bem como desenvolver um espírito crítico na análise das tendências da comunidade científica e organizacional nesta área. Em particular, pretende-se que os estudantes sejam capazes de:

- compreender os conceitos, abordagens e responsabilidades das organizações (públicas e privadas) em relação ao desenvolvimento sustentável, bem como o quadro legislativo e os instrumentos de gestão sustentável utilizados para operacionalizar a Responsabilidade Social Corporativa (RSC);
- desenvolver um pensamento crítico sobre a importância e evolução do relato não financeiro e de sustentabilidade, como resposta à necessidade de fornecer informações adicionais relacionadas com o desenvolvimento sustentável;
- conhecer os principais modelos de relato não financeiro e de sustentabilidade, através da apresentação e discussão de casos de estudo reais, desenvolvendo competências de análise e debate em sala de aula, e no futuro contexto empresarial;
- desenvolver competências de pesquisa e pensamento crítico, ao compreender as diferentes abordagens teóricas e metodologias de investigação utilizadas em estudos empíricos na área do relato de sustentabilidade.

A tabela 3 apresenta, de forma detalhada, os objetivos específicos e resultados de aprendizagem esperados associados aos respetivos conteúdos programáticos a lecionar.

Tabela 3. Objetivos específicos e resultados de aprendizagem associados aos conteúdos programáticos

Conteúdos programáticos	Objetivos específicos	Resultados de aprendizagem
<p>1. Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável</p> <p>1.1. Evolução do conceito e princípios de desenvolvimento sustentável (DS)</p> <p>1.2. Relação entre DS e Responsabilidade Social corporativa (RSC).</p> <p>1.2.1. Quadro legal: políticas e iniciativas legislativas de RSC na Europa</p> <p>1.2.2. Dimensões da RSC;</p> <p>1.2.3. A RSC numa perspetiva multissetorial: contributos do setor empresarial, do setor público/governo local e do setor da educação (ensino superior) para o DS;</p> <p>1.2.4. Operacionalização da RSC: a contabilidade como sistema de informação da RSC</p>	<p>Este capítulo tem como objetivo sensibilizar os estudantes para a problemática da responsabilidade social das organizações em prol do desenvolvimento sustentável, bem como apresentar as políticas e iniciativas de RSC relacionadas com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, numa análise multissetorial envolvendo os setores empresarial, público e da educação.</p>	<p>Os estudantes devem ser capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> – compreender os conceitos e a evolução do quadro legislativo inerente à RSC e sua relação com o desenvolvimento sustentável – compreender o contributo das organizações (públicas e privadas) para o desenvolvimento sustentável e a responsabilização das organizações pelos impactos que provocam na sociedade e no ambiente. – compreender os instrumentos de gestão sustentável mais comumente utilizados, para operacionalizar a RSC
<p>2. Evolução do relato não financeiro e da sustentabilidade</p> <p>2.1. Do relato financeiro ao relato não financeiro</p> <p>2.2. O relato financeiro ambiental</p> <p>2.3. O relato não financeiro e da sustentabilidade</p> <p>2.3.1. Referenciais para a preparação e relato de informação não financeira e da sustentabilidade</p> <p>2.3.1.1. Normas GRI para o Relato da sustentabilidade</p> <p>2.3.1.2. Estrutura Internacional para Relato integrado (Framework <IR>)</p>	<p>Este capítulo tem como objetivo desenvolver nos estudantes conhecimentos teórico-práticos sobre a divulgação de informações não financeiras por parte das organizações e refletir criticamente sobre os diferentes tipos de relato como práticas em constante evolução.</p> <p>Em particular, pretende-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver uma análise crítica sobre as limitações do relato contabilístico financeiro; – Compreender as motivações e implicações da divulgação de informações não financeiras; 	<p>Através da problematização da RSC das organizações e das lacunas do modelo tradicional de relato financeiro, os estudantes devem ser capazes de desenvolver um pensamento crítico sobre a importância e evolução do relato não financeiro e da sustentabilidade, para dar resposta a novas necessidades de informação, na sequência dos desenvolvimentos em matéria de desenvolvimento sustentável.</p>

<p>2.3.1.3. Outros referenciais</p> <p>2.3.2. Quadro legal na União Europeia</p> <p>2.3.2.1. Diretiva europeia do relato não financeiro (NFRD)</p> <p>2.3.2.2. Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) e as normas europeias do EFRAG (ESRS)</p> <p>2.3.3. O Relato de sustentabilidade no contexto internacional (as normas da IFRS Foundation)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Compreender a importância da incorporação da sustentabilidade na estratégia das organizações e nas práticas de relato corporativas; – Apresentar a evolução dos principais referenciais de relato não financeiro e da sustentabilidade; – Apresentar a evolução do quadro legal do relato de sustentabilidade no contexto europeu e internacional. 	<p>Paralelamente, ao conhecerem os principais modelos de relato não financeiro e da sustentabilidade, e analisarem casos reais em contexto de aula, os estudantes devem ser capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> – desenvolver competências de análise crítica e debate; – desenvolver competências técnico-científicas que os capacitarão a agir de forma eficaz em contexto empresarial.
<p>3. Investigação em contabilidade e relato da sustentabilidade</p> <p>3.1. Teorias de suporte</p> <p>3.2. Panorama atual da investigação: uma análise multisectorial</p> <p>3.3. Tendências emergentes para investigação futura da investigação</p> <p>3.3.1. O papel dos profissionais da contabilidade/auditoria e do ensino</p> <p>3.3.2. O envolvimento dos stakeholders</p> <p>3.3.3. A digitalização do relato da sustentabilidade</p>	<p>Este capítulo tem como objetivo familiarizar os estudantes com o framework teórico subjacente à investigação em relato não financeiro e sustentabilidade, bem como com o estado da arte da investigação e as tendências futuras.</p>	<p>Ao contactarem com literatura científica sobre a temática, os estudantes devem ser capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> – compreender as diferentes abordagens teóricas de investigação utilizadas, métodos de recolha de dados, e interpretação dos resultados – desenvolver pensamento crítico, avaliando a validade dos argumentos e evidências empíricas apresentadas; – Desenvolver habilidades de escrita académica, que ser revelará muito útil no 2º ano curricular do mestrado, no desenvolvimento da dissertação.

Fonte: Elaboração própria

3. Estratégias de ensino-aprendizagem, planificação e avaliação

3.1 Estratégias de ensino-aprendizagem

A abordagem adotada nas aulas combinará o método expositivo com os métodos interativo e demonstrativo. Inicialmente, o docente apresentará os conceitos teóricos, alternando com momentos de participação dos estudantes. A exposição será complementada pela análise de casos reais de relatórios não financeiros/sustentabilidade, promovendo debates para desenvolver consciência social e espírito crítico. As metodologias adotadas permitirão alcançar progressivamente os objetivos de aprendizagem, discutindo a utilidade do relato não financeiro e da sustentabilidade, sempre com exemplos práticos reais.

Com o método expositivo, os conteúdos da unidade curricular são explicados aos estudantes, numa abordagem teórico-prática, com recurso a slides e vídeos temáticos. Ou seja, serão abordados o enquadramento normativo e a operacionalização do relato, dotando os estudantes de conhecimentos quer ao nível conceptual, quer ao nível técnico/prático, que lhes permita uma participação ativa nas aulas, constituindo um dos elementos de avaliação previstos para a UC.

Com o método interativo, os alunos questionam o docente e vice-versa durante a apresentação e discussão de casos reais, procurando-se rever e consolidar os conhecimentos transmitidos pelo método expositivo e alcançar a compreensão da informação não financeira disponibilizada pelos relatórios e casos reais em análise, resultantes do método demonstrativo. Estas metodologias tornam as aulas mais dinâmicas, auxiliando os estudantes na realização do trabalho de grupo, previsto na avaliação da UC.

Será também desenvolvido trabalho autónomo por parte dos estudantes, onde serão propostas leituras individuais de livros e artigos, para que os estudantes se possam familiarizar com a literatura científica existente. Tal permitirá aos estudantes aprofundarem o conhecimento dos tópicos apresentadas em aula, descobrir os avanços científicos mais recentes e compreender os debates sobre o panorama atual e as tendências emergentes da investigação na área do relato não financeiro e da sustentabilidade. Este trabalho de pesquisa e leitura permitirá aos estudantes selecionar o tema de investigação a explorar no trabalho escrito individual, previsto na avaliação da UC.

Pretende-se também realizar sessões de orientação tutorial, quer em sala de aula (sempre que possível), quer no horário de atendimento do docente (presencial ou à distância), que permitam acompanhar e orientar os estudantes na realização dos trabalhos propostos.

Entendemos que a opção por um “mix” de metodologias privilegia a transmissão dos conteúdos essenciais elencados no programa da UC (metodologia expositiva) e estimulam a participação do estudante (metodologia interativa). A apresentação e debate de casos de estudo reais permitem aos estudantes, de forma crítica, discutir e aplicar os conteúdos adquiridos, através da combinação dos métodos demonstrativo e interativo. O incentivo à leitura de literatura científica sobre o tema desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de trabalho autónomo por parte dos estudantes. Não só permite a consolidação de conhecimentos já adquiridos, mas também possibilita a identificação lacunas de conhecimento e novas oportunidades de investigação. Para além disso, a leitura de artigos científicos contribui para

desenvolvimento de *skills* ao nível da pesquisa, pensamento crítico e escrita académica. A orientação tutorial permite o esclarecimento de dúvidas, orientação contínua e acompanhamento científico-pedagógico aos estudantes, contribuindo para o sucesso escolar.

3.2 Metodologia de Avaliação

A avaliação de conhecimentos da UC “Relato de sustentabilidade” contempla as seguintes componentes de avaliação contínua:

- Participação ativa nas aulas (20%).
- Um trabalho de grupo, de cariz técnico-científico (40%):
- Um trabalho individual, de cariz científico (40%).

A participação ativa nas aulas será avaliada pela resposta a Quizzes, usando aplicações como o VoxVote e Kahoot!. O docente cria perguntas de escolha sobre a temática em estudo (veja-se a título de exemplo, o Apêndice 1), e os estudantes participam usando seus próprios dispositivos móveis (como smartphones ou tablets), identificando-se com o seu nome ou código (nº aluno). Os resultados são exibidos instantaneamente, o que facilita discussões e avaliações. A aplicação mostra em tempo real quem acertou, fornece rankings e oferece relatórios detalhados após o quiz, indicando o desempenho individual. Esta aplicação é amplamente utilizada em contextos educacionais, ajudando a tornar o método expositivo mais interativo e dinâmico, além de permitir que os docentes recolham *feedback* imediato dos estudantes.

O trabalho de grupo (2 pessoas), a realizar em sala de aula, consiste na análise de conteúdo da informação disponibilizada num relatório de sustentabilidade/relatório integrado recente de uma entidade (ou grupo) portuguesa ou internacional, transpondo os conceitos e instrumentos adquiridos nas aulas para a situação real em análise. A seleção do relatório de sustentabilidade é da responsabilidade do grupo. Caberá ao delegado de turma a articulação da seleção dos relatórios de forma a garantir que diferentes setores de atividade estão representados (setor empresarial, setor público/local, ensino, etc.) e que não há repetição de relatórios.

Cada grupo deverá fazer uma apresentação com recurso a um vídeo, com uma duração que não ultrapasse 5 minutos, sobre a análise ao relatório de sustentabilidade selecionado por si. O grupo dispõe de liberdade para selecionar os conteúdos a comunicar no vídeo. No entanto, sugere-se que os estudantes tenham em consideração, pelo menos, um conjunto de aspetos estabelecidos no guião de análise fornecido pelo docente (Apêndice 2).

Os vídeos passados em aula serão discutidos pela turma, e sujeitos a avaliação pelos pares, isto é, os restantes grupos avaliam, de forma qualitativa, o trabalho dos seus colegas, apresentando os fundamentos da sua avaliação tendo por base os critérios definidos no Apêndice 3.

O trabalho escrito individual deve versar sobre temas nas atuais de investigação na área do relato não financeiro e de sustentabilidade, através de uma análise crítica de artigos científicos, usando para o efeito o *template* que consta no Apêndice 4. Valorizam-se trabalhos que contenham uma componente empírica (onde os estudantes possam aplicar conhecimentos adquiridos no 1º semestre, na UC de Tratamento e análise de dados).

O trabalho deve ser apresentado em aula e será sujeito à avaliação pelos pares. Ou seja, os demais estudantes avaliarão qualitativamente o trabalho dos seus colegas, fundamentando as suas avaliações com base nos critérios definidos no Apêndice 5.

3.3 Planificação da UC e recursos didáticos

A UC proposta terá uma duração de 36 horas de contacto, repartidas em 9 sessões de 4 horas semanais, pois esta tem sido a metodologia adotada no cronograma do MCF no IPCA.

A tabela 4 apresenta a planificação dos tempos letivos e sumário previsto para a aula, bem como a metodologia de ensino-aprendizagem e avaliação a ser adotada, em conformidade com o proposto nos pontos anteriores.

Tabela 4. Planificação, sumários e metodologias de ensino-aprendizagem e avaliação

Tempo letivo (horas de contacto)	Sumário da aula	Metodologia de ensino-aprendizagem e avaliação
Sessão 1 (4 horas)	<p>Apresentação da UC (programa e metodologia de avaliação)</p> <p>Diagnóstico da avaliação de conhecimentos prévios da turma sobre o tema</p> <p>1. Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável</p> <p>1.1. Evolução do conceito e princípios de desenvolvimento sustentável (DS)</p> <p>1.2. Relação entre DS e Responsabilidade Social corporativa (RSC).</p> <p>1.2.1. Quadro legal: políticas e iniciativas legislativas de RSC na Europa</p> <p>1.2.2. Dimensões da RSC;</p> <p>1.2.3. A RSC numa perspetiva multisetorial: contributos do setor empresarial, do setor público/governo local e do setor da educação (ensino superior) para o DS;</p> <p>1.2.4. Operacionalização da RSC: a contabilidade como sistema de informação da RSC</p>	<p>Método expositivo: apresentação de slides e vídeos</p> <p>Método interativo: Realização de quizz, para diagnóstico de conhecimentos prévios. Realização de quizz para avaliação do capítulo 1.</p>
Sessão 2 (4 horas)	<p>2. Evolução do relato não financeiro e da sustentabilidade</p> <p>2.1. Do relato financeiro ao relato não financeiro</p> <p>2.2. O relato financeiro ambiental</p> <p>2.3. O relato não financeiro e da sustentabilidade</p> <p>2.3.1. Referenciais para a preparação e relato de informação não financeira e da sustentabilidade</p> <p>2.3.1.1. Normas GRI para o Relato da sustentabilidade</p> <p>2.3.1.2. Estrutura Internacional para Relato integrado (Framework <IR>)</p> <p>2.3.1.3. Outros referenciais e ligação aos ODS</p>	<p>Método expositivo: apresentação de slides e vídeos</p> <p>Método interativo: Realização de quizz para avaliação</p>
Sessão 3 (4 horas)	<p>Trabalho de grupo: acompanhamento da seleção e análise de conteúdo ao relatório de sustentabilidade/integrado e preenchimento do guião de análise</p>	<p>Método demonstrativo. Orientação tutorial</p>

Sessão 4 (4 horas)	<p>2.3.2. Quadro legal na União Europeia</p> <p>2.3.2.1. Diretiva europeia do relato não financeiro (NFRD)</p> <p>2.3.2.2. Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) e as normas europeias do EFRAG (ESRS)</p> <p>2.3.3. O Relato de sustentabilidade no contexto internacional (as normas da IFRS Foundation)</p>	<p>Método expositivo: apresentação de slides e vídeos</p> <p>Método interativo: Realização de quizz para avaliação</p>
Sessão 5 (4 horas)	<p>3. Investigação em contabilidade e relato da sustentabilidade</p> <p>3.1. Teorias de suporte</p> <p>3.2. Panorama atual da investigação: uma análise multisectorial</p> <p>3.3. Tendências emergentes para investigação futura</p> <p>3.3.1. O papel dos profissionais da contabilidade/auditoria e do ensino</p> <p>3.3.2. O envolvimento dos stakeholders</p> <p>3.3.3. A digitalização do relato da sustentabilidade</p>	<p>Método expositivo: apresentação de slides</p> <p>Método interativo: análise e discussão de papers</p>
Sessão 6 (4 horas)	<p>Trabalho individual: acompanhamento na seleção dos temas e dos <i>papers</i> para análise crítica</p> <p>Apresentação dos vídeos dos trabalhos de grupo</p>	<p>Orientação tutorial</p> <p>Método demonstrativo e interativo</p> <p>Avaliação pelos pares</p>
Sessão 7 (4 horas)	<p>Apresentação dos vídeos dos trabalhos de grupo</p>	<p>Método demonstrativo e interativo</p> <p>Avaliação pelos pares</p>
Sessão 8 (4 horas)	<p>Apresentação dos trabalhos individuais</p>	<p>Método demonstrativo e interativo</p> <p>Avaliação pelos pares</p>
Sessão 9 (4 horas)	<p>Apresentação dos trabalhos individuais</p>	<p>Método demonstrativo e interativo</p> <p>Avaliação pelos pares</p>

As aulas serão divididas em duas partes: uma expositiva, onde a docente apresenta e discute os conteúdos, e outra que visa promover a interação com os estudantes.

A apresentação dos conteúdos é feita com o uso de meios audiovisuais, nomeadamente através da projeção de slides (Powerpoints) e visualização de vídeos disponíveis no youtube. Para envolver os estudantes e avaliar os conteúdos assimilados serão aplicados Quizzes, com recurso a ferramentas como o Kahoot.

Todos os materiais (à exceção dos Quizzes) serão disponibilizados aos estudantes na plataforma Moodle alguns dias antes da aula. O programa e a bibliografia recomendada também serão disponibilizados no Moodle no início da UC, na ficha da UC.

4. Sinopse dos conteúdos programáticos e bibliografia recomendada

Neste ponto apresentamos uma visão geral dos conteúdos a serem explorados em cada capítulo, destacando os conceitos-chave e as áreas de estudo. Os conteúdos programáticos encontram-se em sintonia com os objetivos específicos da UC, mencionados na tabela 3.

4.1 Capítulo 1: Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

1. Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável
 - 1.1. Evolução do conceito e princípios de desenvolvimento sustentável (DS)
 - 1.2. Relação entre DS e Responsabilidade Social corporativa (RSC).
 - 1.2.1. Quadro legal: políticas e iniciativas legislativas de RSC na Europa
 - 1.2.2. Dimensões da RSC;
 - 1.2.3. A RSC numa perspetiva multissetorial: contributos do setor empresarial, do setor público/governo local e do setor da educação (ensino superior) para o DS;
 - 1.2.4. Operacionalização da RSC: a contabilidade como sistema de informação da RSC

Este capítulo introdutório explora os conceitos de responsabilidade social corporativa (RSC) e desenvolvimento sustentável (DS), abordando sua evolução e inter-relação, bem como as políticas legislativas nesta matéria. Analisa a aplicação prática da RSC em diversos setores para promover o DS e destaca a contabilidade como ferramenta essencial para operacionalizar, medir e relatar o impacto das organizações no ambiente e na sociedade.

A ideia de DS começou a ser discutida em 1972 na Cimeira das Nações Unidas de Estocolmo, com o despertar dos governos mundiais para a questão ambiental, motivada pelos impactos ambientais decorrentes da Revolução Industrial, pressionando as empresas a assumirem a sua responsabilidade ambiental. O conceito de DS ganhou destaque com a Comissão Brundtland em 1987, definindo como o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer as futuras. A divulgação desse conceito foi reforçada na Cimeira da Terra de 1992, no Rio de Janeiro, que promoveu parcerias globais e estratégias sustentáveis, resultando na criação da Agenda 21 para incentivar a sustentabilidade local (Selman, 2000, Hajian, & Kashani, 2021).

Numa fase inicial, o conceito de DS, estava associado à preservação do ambiente. Era considerada como ambientalmente sustentável aquela empresa que praticasse ações de desenvolvimento e preservação do ambiente. Após a Cimeira Social de Copenhaga em 1995, foi incluída a dimensão social como terceiro pilar do conceito de DS. Em 2000, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), estabelecendo metas para o período entre 2000 e 2015 (Sachs, 2012).

Em 2002, da Cimeira da Terra - Rio+10, resultou o compromisso em assumir a responsabilidade coletiva de reforçar os pilares do desenvolvimento sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Essa responsabilidade coletiva traduz-se na UE pela elaboração de Estratégias Nacionais para o Desenvolvimento Sustentável. Em 2015, a ONU adotou a Agenda 2030, que entrou em vigor em 2016, definindo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para guiar ações globais até 2030 (Hajian, & Kashani, 2021).

Em setembro 2023, teve lugar a Cimeira dos ODS, onde os chefes de Estado e de governo tinham como desígnio a análise e revisão da implementação da Agenda 2030 e dos seus 17 ODS. Paralelamente, tinham como metas efetuar uma avaliação do estado de progresso dos ODS,

enfrentar o impacto das múltiplas crises que o mundo atravessa e conceber diretrizes políticas de elevado nível, visando a execução de medidas transformadoras que conduzam à concretização dos ODS até 2030.

Os conceitos de DS e Responsabilidade Social (RS) estão interligados, com ambos englobando as três vertentes associadas pela expressão anglo-saxónica de Triple Bottom Line: vertentes económica, social e ambiental (Elkington,1998). Hoje, é comum referir-se às vertentes ambiental, social e de governança usando a sigla ESG (Environmental, Social, Governance), que abrange as mesmas questões dos termos mencionados.

Embora RS se concentre no comportamento das empresas em relação aos stakeholders e DS tenha foco nas questões ambientais e económicas, ambos convergem na ideia de que uma empresa socialmente responsável deve seguir os princípios do DS. Assim, a RS é um meio essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, exigindo que organizações, públicas ou privadas, considerem os impactos económicos, sociais e ambientais em suas ações.

A Comissão Europeia (2001), no seu Livro Verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, define o conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) como a integração voluntária, por parte das mesmas, das preocupações sociais e ambientais nas suas operações comerciais e nas relações com os seus stakeholders. Considera também que “ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um maior investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais” (COM, 2001, p.7).

De forma continuada, a Comissão Europeia tem emitido vários documentos no sentido de impulsionar a RSE, destacam-se em 2002, a comunicação sob o tema “Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável” (COM, 2002), dando seguimento ao percurso iniciado com o Livro Verde, e onde apresenta a estratégia europeia para a promoção da RSE. Nesta Comunicação, a Comissão Europeia propôs integrar a RS nas políticas das Administrações Públicas, adotando uma abordagem sistemática para a gestão social e ambiental.

Em 2006, lança a Aliança Europeia para a RSE, tendo como objetivo dar maior visibilidade política à RSE e reconhece que as empresas são os principais agentes no domínio da RSE. Visa incentivar uma maior aceitação da RSE entre as empresas europeias (através de parcerias/cooperação) como um contributo para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de tornar a Europa um pólo de excelência em termos de RSE (COM, 2006).

Em 2011, na Comunicação da Comissão Europeia (2011) sobre a “Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014”, a Comissão Europeia propõe a revisão da definição de RSE como sendo “a responsabilidade das empresas pelos seus impactos na sociedade”. A RS é agora assumida como a plataforma conceptual que integra não só as questões ambientais e sociais, mas também os direitos humanos, as questões de consumo e a ética. A RS tem de estar no centro da estratégia de negócio e assente na criação de valor partilhado.

Cada setor, seja o setor empresarial, setor público local ou setor da educação, ao contribuir com suas particularidades e competências, desempenha um papel essencial na promoção de um desenvolvimento que respeite o meio ambiente, a sociedade e a economia a longo prazo.

A Agenda 2030 enfatiza a necessidade de uma relação simbiótica entre o setor privado, o setor público e a sociedade civil para alcançar os ODS. Reconhecendo o papel crucial do setor privado na concretização desses objetivos, a Agenda desafia as empresas a ajustarem suas políticas, processos produtivos e a envolverem-se mais com os stakeholders para promover um futuro mais sustentável (Rosati e Faria 2019; Sachs, 2012). O setor empresarial pode contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio da inovação e tecnologia, implementação de políticas de RSE, adoção de modelos de economia circular, e práticas de governança ambiental, promovendo operações mais eficientes e reduzindo o impacto ambiental.

Em 2015, com o anúncio dos ODS, algumas organizações (GRI, WBCSD e UN Global Compact) juntaram-se para criar um guia prático para apoiar as empresas e outras organizações a alinhar as suas estratégias com os ODS e a medir e gerir o seu contributo: o "SDG Compass". Trata-se de um guia que visa ajudar as empresas a integrar os ODS na sua estratégia empresarial. Mas também insta as empresas a adotar uma abordagem holística para alinhar as suas atividades com os ODS.

A implementação local da Agenda 2030 e dos ODS é essencial para alcançar as metas globais, sendo que os governos locais desempenhando um papel crucial devido à sua proximidade com os cidadãos. Eles são responsáveis por desenvolver políticas alinhadas com a Agenda 2030, ajustando-as às realidades específicas de cada município (Almeida, 2022; Bisogno et al., 2023). O ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - destaca o papel fundamental dos municípios no cumprimento dos ODS, especialmente na necessidade de fornecer serviços básicos aos cidadãos sem comprometer o futuro. Ele fornece diretrizes claras sobre como os municípios devem abordar questões específicas de necessidade primária. Klopp e Petretta (2017) definem o ODS 11 como o "Objetivo de Desenvolvimento Urbano Sustentável", sublinhando sua importância para a sustentabilidade urbana.

Em 2016, The Global Taskforce of Local and Regional Governments (GTF) publicou um *roadmap* que visa apoiar os governos locais e regionais e outras partes interessadas locais na implementação da Agenda 2030 a nível local (GTF, 2016). No contexto português, cabe destacar o Manual "Rumo a 2030: Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (Ferreira, 2020) que fornece aos municípios portugueses bases de conhecimento e ação, através de ações de formação e mobilização que permitam a integração dos ODS nos seus contextos locais e, conseqüentemente, potenciem o seu impacto efetivo na transformação global. Segundo a autora, os desafios e dificuldades na implementação dos ODS nos municípios portugueses são, em grande medida, comuns aos municípios de outros países europeus, incluindo fatores como a falta de prioridade política atribuída à Agenda 2030, a insuficiente capacidade técnica para a sua implementação (quer por escassez de recursos humanos, quer por falta de formação), ou a dificuldade em ultrapassar estruturas organizacionais rígidas.

Os ODS foram concebidos para serem universais e aplicados a todos os países, colocando a educação no centro da estratégia para promover o desenvolvimento sustentável (Annan-Diab & Molinari, 2017). A educação é explicitamente formulada como um objetivo autónomo (ODS 4) e várias metas e indicadores relacionados com educação também estão contidos em outros

ODS. Neste contexto, as IES estão numa posição única para influenciar a implementação intersectorial dos ODS e fazer avançar a Agenda 2030 (Cottafava et al., 2022), fornecendo uma fonte inestimável de conhecimentos especializados em investigação e educação sobre os ODS, para além de serem consideradas atores neutros e de confiança (Ashida, 2022).

Os ODS representam um framework para a atuação das IES em prol do DS, de forma holística, em todos os seus eixos nucleares: educação, investigação, operações no campus e envolvimento com a comunidade (Leal Filho et al., 2021). Em 2017, foi lançado o guia *“Getting Started with the SDGs in Universities. A Guide for Universities, Higher Education Institutions, and the Academic Sector”* (SDSN, 2017), evidenciando tanto o papel chave que as IES têm para contribuir para os ODS como também os benefícios que este compromisso possa vir a ter. O Guia proporciona informação prática sobre como começar a trabalhar através de exemplos concretos. Em 2000, foi lançada uma edição atualizada do guia com a designação *“Accelerating Education for the SDGs in Universities: A guide for universities, colleges, and tertiary and higher education institutions”* (SDSN, 2020). O documento fornece abordagens práticas e orientações para a implementação dos ODS nas IES. Ele é complementado por um site que apresenta cerca de 50 exemplos de como universidades ao redor do mundo estão acelerar a adoção da "Educação para os ODS".

Os atores dos diferentes setores acima referidos (empresarial local e da educação) desempenham um papel fundamental na operacionalização da RS em prol do desenvolvimento sustentável e dos ODS. Para isso, devem começar por conhecer e reconhecer a importância do tema, fazer um diagnóstico da sua situação e selecionar os instrumentos mais adequados para atuar, avaliar e monitorizar o seu progresso. Um ponto crucial para avançar no desenvolvimento sustentável e medir o progresso dos ODS é a disponibilidade de informações e dados, que revela onde há avanços e onde são necessárias melhorias.

É neste contexto que a contabilidade, enquanto sistema de informação, tem vindo a ser redesenhada para permitir a recolha e relato de informações não financeiras, especialmente no contexto da sustentabilidade e dos ODS, conciliadas com a tradicional informação financeira. O redesenho dos sistemas de informação contabilística e do relato corporativo, para incorporar a sustentabilidade é um processo contínuo e dinâmico, e exige adaptação às mudanças nas expectativas dos stakeholders e nas regulamentações.

Referências

- Almeida, F. (2022). The contribution of local agents and citizens to sustainable development: The Portuguese experience. *Sustainability*, 14(19), 12696. <https://doi.org/10.3390/su141912696>
- Annan-Diab, F., and Molinari, C. (2017). Interdisciplinarity: practical approach to advancing education for sustainability and for the Sustainable Development Goals. *The International Journal of Management Education*, 15(2), 73–83. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2017.03.006>
- Ashida, A. (2022). The Role of Higher Education in Achieving the Sustainable Development Goals, Sustainable Development Disciplines for Humanity, in Urata K., Tonegawa, Y. (eds) Sustainable Development Disciplines for Humanity. Sustainable Development Goals Series. Springer, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-19-4859-6_5

- Bisogno (2024). Sustainability Reporting in in Bisogno, M., Brusca, I., Caperchione, E., Cohen, S. Manes-Rossi (Eds) Public Sector Financial Management for Sustainability and SDGs in Europe, pp. 83-98, Palgrave Macmillan Cham <https://doi.org/10.1007/978-3-031-55135-2>
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Rossi, F., & Peña-Miguel, N. (2023). Sustainable development goals in public administrations: Enabling conditions in local governments. *International Review of Administrative Sciences*, 89(4) <https://doi.org/10.1177/00208523221146458>
- Comissão Europeia (2001). Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas. COM(2001) 366 final, pp. 1-44.
- Comissão Europeia (2002). Comunicação relativa à Responsabilidade Social das Empresas: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável COM(2002) 347
- Comissão Europeia (2006). Implementação da parceria para o crescimento e o emprego: tornar a Europa um polo de excelência em termos de responsabilidade social das empresas COM(2006) 136
- Comissão Europeia (2011). Comunicação relativa à Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014 COM(2011) 0681
- Cottafava, D., Ascione, G., Corazza, L. & Dhir, A. (2022). Sustainable development goals research in higher education institutions: An interdisciplinarity assessment through an entropy-based indicator. *Journal of Business Research*, 151, 138-155. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.06.050>
- Elkington, J. (1998). Cannibals with forks. The triple bottom line of 21st century business. New Society Publishers
- Ferreira, P. (2020). Rumo a 2030: os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Edição: Instituto Marquês de Valle Flor, ISBN: 978-989-54015-8-1
- Global Taskforce of Local and Regional Governments (GTF) (2016). *Roadmap for Localising the SDGs: Implementation and Monitoring at Subnational Level*; UCLG: Barcelona, Spain, 2016.
- Hajian, M. & Kashani, S. (2021). Evolution of the concept of sustainability. From Brundtland Report to sustainable development goals, In book: Sustainable Resource Management, 1-24 <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-824342-8.00018-3>
- Klopp, J. M., & Petretta, D. L. (2017). The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. *Cities*, 63, 92-97.
- Leal Filho, W., Frankenberger, F., Salvia, A.L., Azeiteiro, U., Alves, F., Castro, P., Will, M., Platje, J., Lovren, V. O., Brandli, L., Price, E., Doni, F., Mifsud, M. and Ávila, L.V. (2021), A framework for the implementation of the Sustainable Development Goals in university programmes, *Journal of Cleaner Production*, 299, 126915. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126915>
- Rosati, F. & Faria, L.. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312–1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.10>
- Sachs, J. D. (2012). From millennium development goals to sustainable development goals. *The Lancet*, 379(9832), 2206–2211. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0)
- SDG Compass. (2015). *The guide for business action on the SDGs*. <https://sdgcompass.org>
- SDSN (2020): *Accelerating Education for the SDGs in Universities: A guide for universities, colleges, and tertiary and higher education institutions*. New York: Sustainable Development Solutions Network (SDSN).
- SDSN Australia/Pacific (2017): *Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector*. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne.
- Selman, P. (2000). A sideways look at Local Agenda 21. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 2(1), 39–53. <https://doi.org/10.1080/738552353>

4.2 Capítulo 2- Evolução do relato não financeiro e da sustentabilidade

1. Evolução do relato não financeiro e da sustentabilidade
 - 1.1. Do relato financeiro ao relato não financeiro
 - 1.2. O relato financeiro ambiental
 - 1.3. O relato não financeiro e da sustentabilidade
 - 1.3.1. Referenciais para a preparação e relato de informação não financeira e da sustentabilidade
 - 1.3.1.1. Normas GRI para o Relato da sustentabilidade
 - 1.3.1.2. Estrutura Internacional para Relato integrado (Framework <IR>)
 - 1.3.1.3. Outros referenciais ligação aos ODS
 - 1.3.2. Quadro legal na União Europeia
 - 1.3.2.1. Diretiva europeia do relato não financeiro (NFRD)
 - 1.3.2.2. Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) e as normas europeias do EFRAG (ESRS)
 - 1.3.3. O Relato de sustentabilidade no contexto internacional (as normas da IFRS Foundation)

Neste capítulo procura-se analisar a evolução do relato organizacional, desde a informação financeira tradicional até ao relato de informação não financeira, com foco no relato de sustentabilidade. Explora os principais referenciais internacionais, como os da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), e os recentes desenvolvimentos na UE e no contexto internacional em termos de regulação do relato da sustentabilidade. A ligação entre o relato e ODS da Agenda 2030 também é abordada.

A literatura é unânime ao considerar que os relato financeiro tradicional contém informação limitada para os diferentes stakeholders, que cada vez mais têm exigido informação de carácter social e ambiental. Neste contexto, e embora a literatura não seja consensual sobre o facto de o relato não financeiro ser obrigatório ou voluntário (Ribeiro & Monteiro, 2015; Hoffman et al., 2018, Tarquinio, et al., 2020), o relato não financeiro tem, paulatinamente, caminhado desde uma base voluntária para uma prática praconizada e obrigatória.

A regulamentação europeia sobre o relato de informação não financeira começou com a Recomendação da Comissão Europeia em 2001, que exigia a divulgação de informações ambientais e sociais nos relatórios de gestão. Em Portugal, esta recomendação foi implementada em 2006 com a Diretriz Contabilística (DC) nº 29 - Matérias Ambientais. Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a DC nº 29 foi substituída pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 26, que mantém essencialmente os requisitos de divulgação ambiental exigidos pela DC nº 29, tanto no Relatório de Gestão como no Anexo.

Em 2003, a Diretiva 2003/51/CE, de 18 de junho de 2003 (conhecida por Diretiva de Modernização contabilística) introduziu o tema do relato não financeiro ao estabelecer que o relatório de gestão deve incluir tanto aspetos financeiros como indicadores-chave de desempenho não financeiros, como questões ambientais e laborais, alinhando-se com a Recomendação 2001/453/CE da Comissão Europeia.

Após a crise económica, a Estratégia da UE para a Responsabilidade Social Empresarial para o período 2011-2014 (CE, 2011) reconhece que a divulgação de informação neste domínio é um elemento-chave na transparência e na prestação de contas (*accountability*) por parte das empresas e para a geração de um clima de confiança. Assim, no início de 2013, a Comissão Europeia emitiu dois relatórios¹ que destacam a importância da transparência e responsabilidade empresarial, especialmente após a crise económica global, e recomendam a divulgação de informações de sustentabilidade com base em frameworks aceites a nível internacional. A Comissão sublinhou que qualquer solução de divulgação devia ser acessível, especialmente para as Pequenas e Médias Empresas (PME), sugerindo a abordagem "cumprir ou explicar".

Nesse contexto, o Parlamento Europeu emitiu a Diretiva 2013/34/UE, 26 de junho, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas. Apesar de ainda não prever nenhum documento específico para a informação não financeira, menciona que as informações do relatório de gestão não deverão circunscrever-se aos aspetos financeiros da atividade da empresa, incluindo uma análise dos aspetos ambientais e sociais da atividade da empresa, necessários para se compreender o desenvolvimento, o desempenho ou a situação da empresa.

Esta diretiva marca o início de uma nova etapa no processo de regulação do relato não financeiro no espaço europeu, abrindo espaço para debates e negociações entre os Estados-Membros, que culmina com a publicação da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro, sobre o relato de informação não financeira, conhecida como *Non-Financial Reporting Directive – NFRD*.

Esta diretiva veio exigir que grandes empresas de interesse público, com mais de 500 trabalhadores, apresentassem uma demonstração não financeira, a incluir no relatório de gestão já existente, ou criar uma nova demonstração para o efeito, que contenha informações relativas, pelo menos, a questões ambientais, sociais e relacionadas com os trabalhadores, ao respeito pelos direitos humanos, ao combate à corrupção e a tentativas de suborno. Incluiu ainda a indicação para o Revisor Oficial de Contas atestar se o relatório de gestão anual da empresa inclui a demonstração não financeira ou se a mesma foi apresentada num relatório separado. No entanto, estas medidas têm apenas carácter de verificação se a mesma existe, uma vez que os revisores não têm qualquer competência para emitir parecer sobre a qualidade, relevância e pertinência da informação divulgada.

A NFRD estabeleceu que as informações não financeiras devem ser claras, coerentes e sistemáticas, permitindo comparações ao longo do tempo. No entanto, não especifica nenhum formato relativamente à forma como a informação deve ser apresentada. Assim, em 2017, a Comissão Europeia publicou orientações não vinculativas (orientações 2017/C215/01), para facilitar a aplicação da diretiva, para garantir que as empresas divulgavam informações relevantes de maneira consistente e mais comparáveis.

¹ "Responsabilidade social das empresas: comportamento responsável e transparente das empresas e crescimento sustentável" e a "Responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva"

A Diretiva 2014/95/UE teve de ser transposta para a legislação dos vários Estados-membros da UE até ao final de 2016, para entrar em vigor em 2017, tendo sido transposta para o ordenamento jurídico português através do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho.

Tanto a NFRD como o Decreto-Lei indicam que as empresas devem basear a elaboração da demonstração não financeira em modelos específicos, podendo escolher entre sistemas nacionais, da UE ou internacionais. São sugeridos, entre outros, o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, o Pacto Global das Nações Unidas, as diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, a norma ISO 26000 Social Responsibility da Organização Internacional de Normalização, e as orientações metodológicas de relato elaboradas pela Comissão Europeia, as diretrizes da GRI sobre a elaboração de relatórios de sustentabilidade ou outros quadros internacionais reconhecidos, como o framework “Integrated Reporting” <IR> do IIRC.

As normas GRI, destinadas ao relato de sustentabilidade, foram desenvolvidas para que as organizações reportem seus impactos ambientais, sociais e económicos, sendo o referencial internacional mais amplamente adotado pelas organizações de todo o mundo na elaboração de relatórios de sustentabilidade (KPMG, 2022).

Desde 1999, a GRI tem publicado diretrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, baseadas em princípios e conteúdos aplicáveis a qualquer organização. Ao longo do tempo, foram lançadas várias versões dessas diretrizes, com a versão G4, em 2013, introduzindo uma maior concentração e relevância da informação. Em 2016, foram lançados os GRI Standards, substituindo a versão G4 com um conjunto de normas globais que oferece uma estrutura modular e flexível, facilitando a adaptação e clareza dos relatórios. Os GRI Standards são compostos por um conjunto de normas interconectadas: Normas Universais (aplicáveis a todas as organizações), Normas Setoriais (para setores específicos), Normas Temáticas (divididas em séries: 200 para aspetos económicos, 300 para aspetos ambientais e 400 para aspetos sociais) e Normas Setoriais (para setores específicos). Em 2021, as Normas Universais GRI foram atualizadas, representando a mais recente revisão das normas GRI, com entrada em vigor em janeiro de 2023 (de Villiers et al., 2022).

A divulgação de informações sobre sustentabilidade ganhou destaque nas últimas décadas, em grande parte devido ao trabalho da GRI. Tradicionalmente, as organizações publicam relatórios financeiros e de sustentabilidade separadamente, pois a ligação estratégica entre ambos não era reconhecida. No entanto, os relatórios de sustentabilidade falham em contextualizar essas informações dentro do modelo de negócio ou da estratégia organizacional. Isso dificulta para os stakeholders compreenderem como os aspetos de sustentabilidade influenciam o processo de criação de valor de uma organização (Eccles & Serafeim, 2015).

Assim, nos últimos anos observou-se a adoção crescente do Relato Integrado, um modelo que combina informações financeiras e não financeiras sob parâmetros definidos, conectando decisões de investimento com opções estratégicas, operacionais e a conduta organizacional. Segundo o IIRC (2013:7), “um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo”.

No Framework de relato integrado do IIRC (2013), não foram estabelecidos indicadores específicos, mas sim um conjunto de “capitais”: financeiro, manufaturado, intelectual e

organizacional, natural, humano, social e relacional. Esses “capitais” formam os principais componentes do relato empresarial, garantindo a divulgação de informações sobre o ambiente interno e externo. Nessa lógica de “pensamento integrado”, os “capitais” não financeiros devem ser incluídos no relato, juntamente com o capital financeiro, ampliando o horizonte temporal do tradicional relato financeiro de curto prazo (de Villiers et al., 2014).

Em 2021, IIRC fundiu-se com o Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para formar a Value Reporting Foundation. Posteriormente, essa nova fundação, junto com o Climate Disclosure Standards Board (CDSB), foi integrada ao International Sustainability Standards Board (ISSB) da International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation. Essa integração visa fortalecer a harmonização dos padrões de relato financeiro e de sustentabilidade, promovendo uma abordagem mais coesa e global para a divulgação de informações que refletem a criação de valor em múltiplas dimensões, incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG).

Em junho de 2023, o ISSB publicou as duas primeiras normas internacionais de relato de sustentabilidade (IFRS S1 e S2), dando início a uma nova fase de divulgação da informação sobre sustentabilidade nos mercados de capitais a nível mundial. A IFRS S1 define requisitos gerais para relatar dados financeiros de sustentabilidade, enquanto a IFRS S2 foca em divulgações específicas sobre clima. Essas normas, que entraram em vigor em janeiro de 2024, procuram aumentar a transparência e a comparabilidade das informações ESG, mas sua aplicação efetiva depende da legislação de cada país ou da adoção voluntária pelas empresas (Ignatova, 2024).

O esforço de harmonização internacional do relato de sustentabilidade, impulsionado por iniciativas como as normas IFRS S1 e S2, ocorre em paralelo ao trabalho do European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) na Europa.

Em resposta à Diretiva 2014/95/EU (NFRD), muitas empresas começaram a elaborar relatórios de sustentabilidade. No entanto, a diretiva permitia liberdade na escolha dos frameworks a serem utilizados para o relato das informações não financeiras, o que resultou em uma falta de uniformidade e comparabilidade nos relatórios. Essa situação evidenciou a necessidade de normas mais padronizadas e consistentes, levando a esforços para criar uma abordagem mais coesa e comparável na comunicação de informações não financeiras.

Assim, no âmbito do Plano Ecológico Europeu e do Plano de Ação sobre o Financiamento Sustentável, foi publicada a 21 de abril de 2021, pela Comissão Europeia, uma proposta de alteração à Diretiva 2014/95/EU que contemplasse, nomeadamente, a extensão do âmbito de aplicação da Diretiva a outras categorias de empresas, a criação de um normativo europeu comum sobre a comunicação de informações sobre sustentabilidade e a obrigatoriedade dessa informação ser auditada.

Neste contexto, foi publicada a Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, conhecida como Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa – *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD). Com a implementação da CSRD, espera-se que o atual nível de comunicação de informações não financeiras melhore e que as deficiências da NFRD sejam resolvidas (Čufar et al. 2024). As principais alterações introduzidas pela CSRD são as seguintes (Araújo, 2023, KPMG, 2024):

- Alargamento do âmbito: A CSRD amplia a obrigatoriedade de relato para todas as empresas com valores mobiliários cotados na UE, grandes empresas que cumpram pelo menos dois dos três critérios (total do balanço: 25.000.000€; receita líquida: 50.000.000€; número médio de colaboradores: 250), e empresas fora da UE com receitas significativas no mercado europeu.
- Reporting digital: As informações de sustentabilidade devem ser comunicadas em formato eletrónico, usando uma taxonomia digital específica, facilitando o acesso e a análise dos dados.
- Inclusão no relatório de gestão: As informações de sustentabilidade devem ser apresentadas como uma secção dentro do relatório de gestão da empresa.
- Auditoria obrigatória: Para aumentar a fiabilidade dos relatórios de sustentabilidade, as empresas serão obrigadas a fornecer uma garantia sobre as informações comunicadas, que serão verificadas de forma independente por Revisores Oficiais de Contas (ROC). Inicialmente, essa garantia será limitada, com o objetivo de alcançar uma “garantia razoável” nos próximos anos, o que envolverá procedimentos exaustivos, incluindo a análise de controlos internos e testes substantivos.
- Standards obrigatórios: As empresas devem adotar os standards de relato da UE, assegurando consistência e comparabilidade das informações. O primeiro conjunto de 12 normas (ESRS -European Sustainability Reporting Standards) foi aprovado em novembro de 2022 e é aplicável a todas as organizações abrangidas pela Diretiva. Inclui 2 normas de divulgação transversais e normas temáticas específicas baseadas nos critérios ESG. Um segundo conjunto de normas ESRS, com foco em normas setoriais e específicas para PME, está em preparação.

Existem algumas diferenças fundamentais entre as normas internacionais e as europeias, considerando que as IFRS S1 e S2 são mais direcionadas para investidores, enquanto as ESRS são destinadas a um conjunto mais amplo de stakeholders. No entanto, ambos organismos (ISSB e EFRAG) colaboram em orientações de interoperabilidade para alinhar os frameworks europeu e internacional, facilitando o relato de sustentabilidade para empresas que aplicam ambos os conjuntos de normas (Arduini & Beck, 2023).

Também no contexto do setor público cabe destacar o compromisso do International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) no desenvolvimento de orientações específicas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade no setor público a nível global. Nest sentido, estão em desenvolvimento três projetos focados em: 1) divulgação de informações financeiras sobre sustentabilidade, 2) informações climáticas e 3) divulgações sobre recursos naturais. O primeiro projeto já resultou num documento de orientação, embora o objetivo final é criar um quadro conceptual baseado em normas como GRI e ISSB. O segundo projeto seguirá a IFRS S2 sobre riscos e oportunidades climáticas, e o terceiro projeto resulta em *exposure drafts* com orientações sobre recursos naturais, alinhadas com a IFRS 6 (Bisgno, 2024).

O esforço de regulamentação dos últimos anos é impulsionado pela Agenda 2030 e pelos ODS, especialmente pela meta 12.6, que incentiva as organizações a adotar práticas sustentáveis e integrar informações sobre sustentabilidade nos seus relatórios. Todavia, embora haja avanços e acordos de interoperabilidade entre GRI, EFRAG e ISSB para simplificar o relato de sustentabilidade, ainda não existe um framework ou metodologia padrão amplamente aceite para relatar informação sobre os ODS. Tanto as normas europeias quanto internacionais (do

setor público e privado) em desenvolvimento não preveem divulgações específicas sobre os ODS (Cohen et al., 2023), o que cria uma lacuna de informação que afeta os stakeholders e suas necessidades de decisão.

As organizações enfrentam desafios ao identificar os ODS prioritários, integrá-los nas suas estratégias, definir metas e relatar o seu progresso em prol da Agenda 2030. Integrar a avaliação dos ODS exige demonstrar o desempenho efetivo usando modelos emergentes de relato não financeiro. É crucial que os relatórios de sustentabilidade resultantes do processo de regulamentação europeu e internacional estejam alinhados com a estrutura dos ODS, tornando esta área uma importante linha de investigação futura.

Referências

- Araújo, F. (2023). Relato de sustentabilidade com normas obrigatórias. *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, 102: 71-74.
- Arduini, S. & Beck, T. (2023). Sustainability Reporting an overview on the current regulatory scenario. In *studi e ricerche del dipartimento di economia aziendale Edizioni Roma Trepress*, ISBN: 979-12-5977-270-1, 59-86
- Cohen, S., Manes-Rossi, F., & Brusca, I. (2023). Are SDGs being translated into accounting terms? Evidence from European cities. *Public Money and Management*. 43(7), 669-678, <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2243543>
- Comissão Europeia (CE, 2011). Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014, 25 de outubro.
- Comissão Europeia (CE, 2013). Responsabilidade social das empresas comportamento responsável e transparente das empresas e crescimento sustentável, 28 de janeiro
- Comissão Europeia (CE, 2013). Responsabilidade social das empresas: promoção dos interesses da sociedade e via para uma retoma sustentável e inclusiva, 29 de janeiro
- Comissão Europeia. (2001). Recomendação da Comissão de 30 de Maio de 2001 respeitante ao reconhecimento, à valorimetria e à prestação de informações sobre questões ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE)*, L 156 de 13.06.01.
- Comissão Europeia. (CE, 2017). Orientações sobre a comunicação de informações não financeiras: metodologia a seguir para a comunicação de informações não financeiras, 5 de julho).
- Čufar, M., Belak, J., & Primec, A. (2024). Beyond financials: Understanding the implications of NFRD and CSRD on non-financial reporting. 8th FEB international scientific conference: challenges in the turbulent economic environment and organizations' sustainable development, ISBN 978-961-286-867-3, pp. 185-193
- de Villiers, C., La Torre, M. and Molinari, M. (2022), The Global Reporting Initiative's (GRI) past, present and future: critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting), *Pacific Accounting Review*, 34 (5), 728-747. <https://doi.org/10.1108/PAR-02-2022-0034>
- de Villiers, C., Rinaldi, L. and Unerman, J. (2014), Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1042-1067. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Decreto-Lei n.º 89/2017, 28 de julho
- Diretiva (UE) 2013/34/UE, Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, 26 de junho
- Diretiva (UE) 2014/95/EU, Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, 22 de outubro
- Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022
- Eccles, R. G. & Serafeim, G. (2015). Corporate and Integrated Reporting: A Functional Perspective, in Mohrman, S., O'Toole, J. e Lawler, E., *Corporate Stewardship: Organizing for Sustainable Effectiveness*,

Sheffield, UK: Greenleaf Publishing, 156- 173.

Hoffman, E., Dietsche, C. & Hobelsberger, C. (2018). Between mandatory and voluntary: non-financial reporting by German companies. *Sustainability Management Forum*, 26 (1), 47-63. <https://doi.org/10.1007/s00550-018-0479-6>

Ignatova, I. (2024). Development of Sustainability Disclosure Standards as the IFRS Foundation's new area of activities. *Finance and Credit*. 30(5), 1061-1074, <https://doi.org/10.24891/fc.30.5.1061>

KPMG (2022). Big shifts, small steps: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020. [WWW Document]. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/xx/pdf/2022/10/ssr-small-steps-big-shifts.pdf>

KPMG (2024). A nova diretiva sobre o relato de sustentabilidade das empresas (CSRD), <https://kpmg.com/pt/pt/home/insights/2024/04/csr-d-a-nova-diretiva-sobre-o-relato-de-sustentabilidade-das-empresas.html>, acessado em 20 de julho 2024.

Ribeiro, V. & Monteiro, S. (2015). Public and private sector environmental reporting: mandatory or voluntary regulation?, *Journal of Business and Legal Sciences / Revista De Ciências Empresariais E Jurídicas*, (26), 231–271. <https://doi.org/10.26537/rebules.v0i26.1012>

Tarquino, L., Posadas, S. & Pedicone, D. (2020). Scoring Nonfinancial Information Reporting in Italian Listed Companies: A Comparison of before and after the Legislative Decree 254/2016. *Sustainability*, 12(10). <https://doi.org/10.3390/su12104158>

4.3 Capítulo 3 - Investigação em contabilidade e relato da sustentabilidade

3. Investigação em contabilidade e relato da sustentabilidade

3.1. Teorias de suporte

3.2. Panorama atual da investigação: uma análise multisectorial

3.3. Tendências emergentes para investigação futura

3.3.1. O papel dos profissionais da contabilidade/auditoria e do ensino

3.3.2. O envolvimento dos stakeholders

3.3.3. A digitalização do relato da sustentabilidade

Pretende-se com este capítulo explorar a investigação em contabilidade e relato da sustentabilidade, abordando as teorias de suporte, o panorama atual da investigação numa análise multissetorial, e as tendências emergentes para investigação futura nesse campo.

Neste capítulo começamos por apresentar uma análise das várias teorias que procuram explicar o fenómeno da divulgação de informação sobre sustentabilidade, enfatizando a necessidade de articular diferentes abordagens teóricas, uma vez que se entende que uma abordagem única não é suficiente para uma explicação abrangente do fenómeno (Bartolacci et al., 2022). Contudo, para que um quadro teórico múltiplo seja eficaz, é necessário centrar-se em conceitos nucleares comuns que permitam uma integração coerente das diferentes teorias (Branco e Rodrigues, 2008).

Alguns autores argumentam que a Teoria da Legitimidade, de natureza sociopolítica, está enraizada na Teoria Institucional, indicando uma interligação e influência mútua entre ambas teorias (Deegan et al. 2002, Deegan, 2010). Segundo Oliver (1991) o pressuposto central da Teoria Institucional é o de que os meios institucionais exercem uma influência poderosa sobre as organizações, que as levam normalmente a atuarem de maneira consistente com as normas sociais, valores e suposições que são consideradas como um comportamento aceitável. A

legitimidade, por sua vez, é definida como uma percepção ou aceitação generalizada de que as ações de uma entidade são apropriadas no contexto de normas, valores, crenças e definições construídas pela sociedade (Suchman, 1995).

A Teoria Institucional e a Teoria da Legitimidade complementam-se, pois ambas exploram como as organizações respondem às pressões e expectativas decorrentes de mudanças sociais e institucionais, sustentando que a legitimidade é alcançada através da conformidade com normas institucionais. Uma hipótese que une estas teorias é a influência das expectativas externas sobre as entidades, sugerindo que as práticas organizacionais são moldadas pela sociedade e ambiente em que operam, do qual dependem para obter recursos, obrigando-as a atender às expectativas externas (Moll et al., 2010).

A Teoria da Legitimidade baseia-se na ideia de um "contrato social" entre empresas e sociedade, onde a sociedade garante a sobrevivência das empresas em troca de ações socialmente responsáveis que atendam às suas expectativas (Guthrie & Parker, 1989). As organizações devem assegurar que suas atividades estejam alinhadas com os objetivos, normas e valores da sociedade para manter a legitimidade e evitar a quebra desse acordo implícito, o que poderia comprometer sua aceitação (Branco & Rodrigues, 2008).

A Teoria Institucional foca na relação entre o contexto institucional e as organizações, introduzindo o conceito de "isomorfismo" (DiMaggio & Powell, 1983). Esse conceito explica como organizações operando no mesmo contexto institucional são compelidas, através de pressões diversas, a tomar decisões semelhantes e a estabelecer a sua legitimidade dentro desse ambiente.

DiMaggio e Powell (1983, p. 149) classificaram o processo pelo qual as organizações tendem a adotar as mesmas estruturas e práticas como "isomorfismo", descrevendo-o como uma "homogeneização das organizações" ou "processo de homogeneização". Explicam como as características organizacionais são alteradas para aumentar a harmonia com as características do meio. Para essa adaptação institucional, DiMaggio e Powell (1983) consideram três tipos de mecanismos ou três tipos de isomorfismo institucional: o coercivo, o mimético e o normativo. O isomorfismo coercivo decorre da influência política, como regulamentos e leis, que impõem procedimentos uniformes às organizações, refletindo as regras institucionalizadas e criando homogeneidade. O isomorfismo mimético resulta da imitação de práticas bem-sucedidas de outras organizações em resposta à incerteza, com a esperança de replicar o sucesso. Já o isomorfismo normativo está relacionado à profissionalização, onde a formação e associações profissionais promovem semelhanças entre profissionais e práticas em diferentes organizações, conferindo legitimidade através da conformidade com normas da comunidade profissional.

DiMaggio e Powell (1983) afirmam que, frequentemente, não é possível distinguir claramente entre os três mecanismos de pressões institucionais. Além disso, esses mecanismos podem atuar simultaneamente, o que torna difícil identificar qual deles exerce a influência mais forte na institucionalização de uma norma ou prática.

Alguns estudos baseiam-se na complementaridade entre as Teorias Institucional e da Legitimidade para oferecer uma estrutura teórica abrangente que explica como organizações, públicas ou privadas, respondem às pressões do seu meio envolvente para implementar e divulgar práticas socialmente responsáveis, buscando assim legitimar-se perante a sociedade (Ribeiro et al., 2016). Segundo Mio et al. (2020), as preocupações com a legitimidade são

importantes, e as organizações utilizam a divulgação de informações não financeiras para obter legitimidade, mesmo num quadro regulatório cada vez mais marcado pela obrigatoriedade do relatório de sustentabilidade (isomorfismo coercivo).

A combinação da Teoria da Legitimidade e da Teoria dos Stakeholders é também utilizada para entender as ações empresariais em matéria sustentabilidade, oferecendo uma perspectiva macro e micro, respetivamente (Vithana et al., 2021). A Teoria da Legitimidade foca na conformidade com normas sociais e institucionais, enquanto a Teoria dos Stakeholders analisa as interações e expectativas de diferentes grupos com mais poder. Juntas, essas teorias proporcionam uma visão abrangente da comunicação, divulgação e relações entre a empresa e o ambiente em que esta está inserida.

A Teoria dos Stakeholders defende que as empresas devem equilibrar os interesses de vários grupos (internos e externos que podem afetar ou ser afetados pela organização) além dos acionistas para prosperar a longo prazo, buscando o apoio e aprovação desses grupos (Freeman, 1984). Assim, a teoria dos stakeholders oferece uma estrutura mais holística que desloca o foco apenas dos interesses dos acionistas para o envolvimento de todos os stakeholders nas práticas empresariais.

A Teoria dos Stakeholders apoia fortemente a ideia de que as práticas de ESG da empresa atendam às necessidades de diversos stakeholders de maneira mais sustentável e responsável (Lokuwaduge & Heenetigala, 2017). Dentro do contexto da Teoria dos Stakeholders, o principal objetivo das organizações é otimizar o valor para os stakeholders, ao mesmo tempo em que limitam o impacto de suas atividades na sociedade e no meio ambiente (Jamali, 2008). Atividades e divulgações responsáveis devem ser integradas num plano estratégico para gerir as relações com os stakeholders e construir uma reputação de responsabilidade social e ambiental (Roberts, 1992).

A percepção de legitimidade dos stakeholders é uma construção social, influenciada por normas sociais, valores organizacionais, estrutura de poder e crenças pessoais. Assim, a legitimidade vista pela gestão pode não coincidir com a percepção dos stakeholders. Portanto, as organizações devem buscar a legitimidade dos stakeholders, que, por sua vez, devem considerar as ações da empresa como aceitáveis para que a organização se mantenha legítima (Herold, 2018). Desta forma, o relato de sustentabilidade pode ser visto como uma ferramenta de informação que serve para gerir as expectativas e necessidades de informação dos stakeholders (Singhania & Chadha, G., 2023). A transparência e precisão no relato de sustentabilidade são essenciais para que os stakeholders tomem decisões informadas e responsabilizem as empresas pelo seu desempenho ambiental, social e de governança (Hörisch et al., 2020).

Não obstante o framework teórico de suporte à explicação das práticas de relato de sustentabilidade focar-se predominantemente nas três teorias acima descritas, Mahmud (2020) entende que, na maioria das situações, a Teoria Institucional pode complementar tanto a Teoria dos Stakeholders como a Teoria da Legitimidade, e entende que esta é a única teoria capaz de explicar as motivações dos gestores para a divulgação de sustentabilidade.

Alguns trabalhos de revisão sistemática da literatura têm sido desenvolvidos para compreender o quadro multi-teórico utilizado nos estudos de relato não financeiro/de sustentabilidade, bem como os seus principais fatores determinantes (Dienes et al., 2016, Farisyi et al., 2022, Benvenuto et al., 2023, Arkoh et al., 2024). Estes estudos tendem a centrar-se em grandes

empresas cotadas em bolsa, uma vez que estão sujeitas a um escrutínio mais intenso pelo mercado. Os investigadores costumam realizar uma análise de conteúdo dos relatórios não financeiros/de sustentabilidade para avaliar as práticas de sustentabilidade das empresas. Um método comum entre os investigadores é o desenvolvimento de índices de relato de sustentabilidade, que ajudam a determinar em que medida as empresas abordam a sustentabilidade, tendo por base os referenciais normativos (como o GRI) para elaboração de relatórios de sustentabilidade, para aumentar a transparência e a credibilidade das suas divulgações de sustentabilidade.

No que diz respeito aos determinantes da divulgação de informação não financeira/de sustentabilidade, os estudos, utilizam diferentes abordagens e centram-se geralmente em:

- características e aspetos visíveis das empresas, tais como dimensão, setor de atividade, cotação em bolsa, desempenho financeiro; estrutura de propriedade;
- fatores internos, tais como a existência de comité de sustentabilidade, a posse de certificações ambientais, variáveis de governo das sociedades (tamanho dos conselhos de administração/ diversidade de género, entre outros);
- informação relacionada com relatórios, tais como tipo/extensão/qualidade do relatório, framework usado, verificação externa.

Há evidências de que as empresas de maior dimensão tendem a divulgar mais sobre os seus esforços de sustentabilidade. Além disso, as empresas que operam em setores ambientalmente mais sensíveis estão mais inclinadas a partilhar os seus esforços em prol da sustentabilidade (Posadas et al., 2022). No entanto, a relação entre a rentabilidade de uma empresa e o seu relato de sustentabilidade permanece ambígua (Aifuwa, 2020).

No que respeita ao setor público, ainda que as normas GRI ou outros referenciais internacionais não foquem especificamente este tipo de setores, o relato de sustentabilidade é uma área de interesse emergente, com alguns estudos a analisarem os fatores que influenciam a extensão e a natureza das divulgações.

Manes-Rossi et al. (2020) sistematizaram a literatura sobre relatórios não financeiros no setor público, mostrando que, apesar do crescente uso de relatórios de sustentabilidade e integrados, ainda há pouca investigação sobre o setor da saúde e as administrações centrais e regionais. Stefanescu (2021) complementa este estudo com uma revisão bibliométrica, indicando que as instituições públicas ainda hesitam em relatar sobre sustentabilidade, apelando a mais investigação sobre os fatores que impulsionam esses relatórios.

Mol et al. (2024) analisa a literatura sobre relato de sustentabilidade nos governos locais, explorando as razões para a sua utilização e os fatores que incentivam ou desincentivam a sua implementação. Com base numa revisão de 190 artigos publicados entre 1987 e 2021, o estudo identifica que a adoção do relato da sustentabilidade pelos governos locais pode ser explicada por perspetivas teóricas inter-relacionadas, como a Teoria da Legitimade, dos stakeholders e Institucional. A implementação deste tipo de relato é influenciada por fatores contextuais, sendo os principais determinantes variáveis organizacionais, como a dimensão e localização geográfica (considerando a estrutura demográfica da população e seu grande de desenvolvimento), variáveis financeiras (como o desempenho orçamental). Fatores políticos e de governação (como a ideologia política, e o género da presidência) apresentam resultados menos consensuais.

A divulgação através dos websites tem vindo a assumir um papel significativo no setor público local, pois permite uma maior proximidade entre as instituições e cidadãos, existindo já alguns estudos cuja metodologia consiste na análise das páginas web, procurando informação sobre sustentabilidade e/ou sobre os ODS da Agenda 2030 (Ribeiro et al., 2016, Sawani et al., 2023, Meschede, 2019).

Tal como os municípios, também as IES utilizam frequentemente uma combinação de relatórios de sustentabilidade e sítios Web para comunicar os seus esforços em matéria de sustentabilidade. Rosa et al. (2023), numa revisão sistemática de literatura, concluiu que os principais referenciais utilizados para apoiar a elaboração de relatórios de sustentabilidade nas universidades são o GRI e o *Graphical Assessment of Sustainability in Universities* (GASU) – um Framework que fornece um conjunto de indicadores de desempenho que podem ser usados para a elaboração de um relatório de sustentabilidade em IES. No entanto, a adoção do Relato Integrado é incentivada.

A internet é amplamente considerada um canal de comunicação mais eficaz para as IES disseminarem, de forma eficiente, informações sobre sustentabilidade a um público vasto (An et al., 2020; Nicolò et al., 2022). De um modo geral, ao aproveitar as capacidades das plataformas digitais, as IES podem não só melhorar a transparência dos seus relatórios de sustentabilidade, como também fomentar uma cultura de sustentabilidade que envolva e eduque eficazmente os seus stakeholders. Neste sentido, os websites representam plataformas dinâmicas para as IES comunicarem os seus esforços em relação ao desenvolvimento sustentável, como parte das suas estratégias de comunicação (An et al., 2020).

Os determinantes do relato de sustentabilidade nas IES são multifacetados, envolvendo características institucionais (e.g. tamanho, tipo de ensino-público/privado, estrutura organizativa ligada à sustentabilidade, etc.), influência governamental (e.g. fundos públicos) e a utilização de referenciais de relato. As IES públicas e de maior dimensão, bem como as que dispõem de gabinetes e programas dedicados à sustentabilidade, têm maior probabilidade de se envolverem em relatórios de sustentabilidade abrangentes. As políticas governamentais e as iniciativas regionais também desempenham um papel significativo na promoção de práticas de sustentabilidade (Pramono Sari et al., 2023).

A investigação sobre o relato da sustentabilidade tem-se focado nos fatores determinantes e nos impactos da adoção voluntária de práticas sustentáveis e, desde a aprovação da Agenda 2030, os estudos têm procurado preencher uma lacuna identificada na investigação relativa ao relato dos ODS (Bebbington & Unerman, 2018, 2020; Cohen et al., 2023), destacando-se como uma área de investigação com potencial para crescimento².

A mudança de paradigma do relato voluntário para o relato obrigatório observada nos últimos anos, tem levado ao estudo dos efeitos da NFRD, especialmente no que diz respeito à melhoria da quantidade e qualidade das divulgações de informações não financeiras (Breijer & Orij, 2022; Arif et al., 2021; Caputo et al., 2020; Ottenstein et al., 2022).

O cenário atual da investigação em relato de sustentabilidade foca-se na análise dos impactos da nova diretiva CSRD, que exige conformidade com o normativo europeu (ESRS), a verificação

² Para uma análise mais detalhada da investigação sobre o relato dos ODS e seus fatores determinantes, veja-se a lição preparada pela candidata no âmbito destas provas de agregação.

externa das informações e a adoção de uma taxonomia digital que permite a codificação e marcação das informações sobre sustentabilidade para facilitar a identificação e análise dos dados por diferentes stakeholders (Atasanov, 2023). Os requisitos rigorosos das ESRS desafiam as práticas convencionais, obrigando as empresas a realizar processos de diligência devida na cadeia de valor e a reverem os seus métodos de recolha, processamento e análise de dados (Seretakis & Mezzanotte, 2023). Assim, as empresas necessitarão de reformular ou implementar processos novos e inovadores ao longo de todo o processo de elaboração de relatórios, desde a definição da dupla materialidade até à recolha e análise de dados, geração de conteúdos e publicação de relatórios (Baumüller & Sopp, 2022).

Com a crescente necessidade de dados precisos e analisáveis, a transformação digital dos processos de relato ganha relevância, prometendo tornar os relatórios mais eficientes e permitindo uma análise mais inteligente do desempenho (Broccardo et al., 2023; Pizzi et al., 2024). Estudos indicam que os próximos anos serão marcados pela ampla adoção de tecnologias digitais para automação dos processos e para uma *accountability* mais precisa e confiável (Pizzi et al., 2024). Neste contexto, a digitalização e o relato de sustentabilidade corporativa emergem como um campo de investigação com grande potencial, embora ainda pouco explorado e dominado por perspetivas teóricas (Asif et al., 2023; de Villiers et al., 2024). Existe, portanto, uma necessidade urgente de investigação sobre como a digitalização pode melhorar o relato da sustentabilidade e como regulamentações, como a CSRD, influenciam a gestão da qualidade da informação a partir de tecnologias digitais (Heichl & Hirsch, 2023).

Por outro lado, é importante compreender o papel dos stakeholders no relato da sustentabilidade, bem como na moldagem do uso dessas tecnologias para apoio ao relato (de Villiers et al., 2024). O *engagement* dos stakeholders no processo de relato é crucial para as organizações identificarem oportunidades de negócios relacionadas com a sustentabilidade, resultando em benefícios mútuos. Este processo envolve a identificação e compreensão das necessidades, expectativas e preocupações dos stakeholders, bem como a sua consideração na tomada de decisões empresariais, incluindo aquelas relacionadas com a sustentabilidade e os ODS (García-Sánchez et al., 2022). No entanto, este processo é complexo devido à diversidade e possíveis conflitos entre as perspetivas dos stakeholders e à complexidade dos ODS (Jun & Kim, 2021). Assim, é fundamental uma validação externa mais rigorosa dos relatórios de sustentabilidade, garantindo o envolvimento dos stakeholders no processo de relato, para alinhar o compromisso das organizações com as expectativas dos stakeholders e melhorar a eficácia da comunicação sobre sustentabilidade e os ODS (Heras-Saizarbitoria et al., 2022).

Embora o envolvimento dos stakeholders tenha sido amplamente estudado na literatura de RSC, há uma lacuna no conhecimento sobre a importância dos diálogos com stakeholders no contexto do relato da sustentabilidade, e em particular dos ODS (López-Concepción et al., 2022). Assim, é necessário compreender melhor como os processos de envolvimento dos stakeholders são realizados no âmbito da Agenda 2030, avaliar a eficácia da comunicação relacionada com a sustentabilidade e os ODS e identificar formas de aprimorá-la.

Por último, é importante destacar os desafios que a nova diretiva de relato de sustentabilidade (CSRD) representa para os profissionais de contabilidade e auditoria e para o ensino, configurando-se também como uma área de investigação emergente. Estes temas ainda estão

em fases iniciais de desenvolvimento, mas já mostram sinais de serem relevantes para estudos mais aprofundados.

Ascani et al. (2021) realizaram uma revisão sistemática da literatura sobre o papel dos contabilistas na contabilidade e relatórios de sustentabilidade. Os resultados revelam que o nível de envolvimento dos contabilistas é ainda muito baixo, existindo um consenso na academia e na prática de que é necessário um envolvimento mais significativo destes profissionais para promover a uniformização relatórios de sustentabilidade nas organizações e sua difusão mais ampla entre os gestores, integrando a sustentabilidade na estratégia e práticas corporativas.

A investigação sobre o papel dos profissionais de auditoria relativamente ao relato não financeiro e de sustentabilidade e à sua garantia é também relativamente escassa. Num inquérito efetuado Eugénio et al. (2022) no contexto português revela que muito poucos dos auditores têm experiência com este tipo de garantia, sendo que os inquiridos reconhecerem a importância de formação adicional.

Os profissionais de contabilidade e auditoria têm na sua base de formação competências no que respeita ao reconhecimento, mensuração, divulgação e auditoria de informações financeiras e uma obrigação profissional de defender a "imagem verdadeira e apropriada", para proteger o interesse público. Estas competências colocam os contabilistas/auditores numa posição privilegiada para promover a sustentabilidade. De facto, estes profissionais, enquanto agentes de interesse público, serão atores importante na divulgação e certificação de práticas sustentáveis, dada a sua função legal de "prestar informação fiável e credível" (Boulianne et al., 2018).

Os próprios profissionais, enquanto cidadãos, devem ser dinamizadores de práticas sustentáveis e aconselhar os empresários e as suas empresas clientes nesse sentido. Isto só pode acontecer se os profissionais estiverem cientes, compreenderem e apreciarem plenamente o valor da contabilidade e do relato de sustentabilidade. Este envolvimento deve ser acompanhado por uma estratégia educativa, uma vez que "a educação é uma ferramenta fundamental para a comunicação e a base da 'mentalidade sustentável'" (Rosak-Szyrocka et al., 2022:3). Portanto, a educação/formação representa a um pré-condição essencial para enfrentar com sucesso os desafios de sustentabilidade.

Ascani et al. (2021) apelam a um reforço da investigação sobre as competências e papéis que os profissionais devem desempenhar para promover a contabilidade e o relato de sustentabilidade, em particular no contexto atual de relato obrigatório. O relato da informação sobre sustentabilidade e a garantia da fiabilidade desta, implica que os contabilistas e auditores/ROC adquiram um novo conjunto de competências que os possa preparar convenientemente para esta alteração de paradigma. O foco dos contabilistas deve, assim, estar na obtenção de formação (através das ordens profissionais e das IES)³ enquanto instrumento que pode ajudar a desenvolver as competências necessárias para endereçar o relato da sustentabilidade com elevado padrão de qualidade, e deste modo, ajudar a evitar o *greewashing* pelas empresas menos éticas.

³ Veja-se, a título de exemplo, o Manual elaborado pela EFAA (2023), focado em fornecer orientação prática e educativa aos contabilistas certificados sobre como podem ajudar as PME a integrar a sustentabilidade nos seus relatórios e operações financeiras.

Os profissionais de contabilidade devem, pois, atualizar constantemente seus conhecimentos através de formação contínua para assumir responsabilidades na implementação dos ODS, mantendo-se informados sobre questões económicas e de sustentabilidade (Iliemena et al., 2023). Ascani et al. (2021) defendem que um maior envolvimento dos contabilistas com a sustentabilidade depende da ampliação das suas competências para incluir novas especializações e do papel da educação em contabilidade na melhoria do conhecimento em sustentabilidade. Neste contexto, Firmansyah (2019) acredita que integrar as temáticas da sustentabilidade e dos ODS no processo educativo das IES é essencial para que os estudantes (futuros profissionais) compreendam sua importância. Além disso, o autor sugere que as IES devem melhorar a formação dos educadores para que o ensino contribua eficazmente para moldar a forma de pensar dos estudantes sobre o desenvolvimento sustentável.

Contrafatto (2013) discute a importância de integrar a sustentabilidade na educação em contabilidade, considerando-a essencial para preparar futuros profissionais que possam lidar com os desafios ambientais e sociais. O autor enfatiza a necessidade de reformular a educação contabilística para incluir um enfoque mais profundo em questões éticas e de sustentabilidade, incentivando uma abordagem mais holística e inovadora na educação contabilística, que vá além da simples conformidade com as normas e práticas atuais, e que prepare os estudantes para enfrentar os desafios urgentes da sustentabilidade de forma transformadora e ativa.

A transformação do ensino nas escolas de gestão para responder às crescentes exigências da sociedade em termos de sustentabilidade tem sido impulsionada pela aprovação da Agenda 2030 (especialmente pelo ODS 4, "Educação de Qualidade") e pela pressão regulatória sobre as empresas para reportarem os seus contributos para o desenvolvimento sustentável. Assim, não só é importante promover a investigação sobre as competências necessárias aos profissionais do mundo empresarial para atenderem a essas exigências, como é necessário reforçar a investigação sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) para avaliar os progressos das IES na garantia de uma educação de qualidade que promova essas competências no futuro.

Referências

- Aifuwa, H. (2020). Sustainability Reporting and firm performance in developing climes: A review of literature. *Copernican Journal of Finance & Accounting*, 9(1), 9. <https://doi.org/10.12775/CJFA.2020.001>
- An, Y., Davey, H., Harun, H., Jin, Z., Qiao, X., & Yu, Q. (2020). Online sustainability reporting at universities: the case of Hong Kong. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11(5), 887-901. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-06-2018-0161>
- Arif, M., Gan, C. & Nadeem, M. (2022). Regulating non-financial reporting: evidence from European firms' environmental, social and governance disclosures and earnings risk. *Meditari Accountancy Research*, 30(3), 495-523. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2020-1086>
- Arkoh, P., Costantini, A. & Scarpa, F. (2024) Determinants of sustainability reporting: A systematic literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 31(3), 1578–1597. <https://doi.org/10.1002/csr.2645>
- Ascani, I., Ciccola, R., & Chiucchi, M. (2021). A Structured Literature Review about the Role of Management Accountants in Sustainability Accounting and Reporting. *Sustainability*, 13, 2357. <https://doi.org/10.3390/SU13042357>.

- Asif, M., Searcy, C. and Castka, P. (2023). ESG and Industry 5.0: The role of technologies in enhancing ESG disclosure. *Technological Forecasting & Social Change*, 195, 122806. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2023.122806>
- Atanasov, A. (2023). Digitalization of Sustainability Reporting - Current Trends and Future Problems. In: Yaseen, S.G. (eds). *Cutting-Edge Business Technologies in the Big Data Era. Studies in Big Data*, 39-45. Springer, Cham. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-031-42463-2_5
- Bartolacci, F., Bellucci, M., Corsi, K., Soverchia, M. (2022). A Systematic Literature Review of Theories Underpinning Sustainability Reporting in Non-financial Disclosure. In: Cinquini, L., De Luca, F. (eds) *Non-financial Disclosure and Integrated Reporting. SIDREA Series in Accounting and Business Administration*. Springer, Cham., pp. 87-113
- Baumüller, J. & Sopp, K.(2022). Double materiality and the shift from non-financial to European sustainability reporting: review, outlook and implications. *Journal of Applied Accounting Research*, 23(1), 8-28. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2021-0114>
- Bebbington, J. & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31 (1), 2-24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>
- Bebbington, J. & Unerman, J. (2020). Advancing research into accounting and the UN Sustainable Development Goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33 (7), 1657-1670. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2020-4556>
- Benvenuto, M., Aufiero, C. & Viola, C. (2023). A systematic literature review on the determinants of sustainability reporting systems. *Helyon*, 9(4), e14893. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e14893>
- Boulianne, E., Keddie, L. & Postaire, M. (2018). (Non) coverage of sustainability within the French professional accounting education program, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 9 (3), 313-335. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2017-0119>
- Branco, M. & Rodrigues, L. (2008) Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685–701. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>
- Breijer, R. & Orij, R. (2022). The Comparability of Non-Financial Information: An Exploration of the Impact of the Non-Financial Reporting Directive (NFRD, 2014/95/EU). *Accounting in Europe*, 19(2), 332-361. <https://doi.org/10.1080/17449480.2022.2065645>
- Broccardo, L., Zicari, A., Jabeen, F. & Bhatti, Z. A. (2023). How digitalization supports a sustainable business model. *Technological Forecasting & Social Change*, 187, 122146. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.122146>
- Caputo, F., Leopizzi, R., Pizzi, S., & Milone, V. (2020). The non-financial reporting harmonization in Europe: Evolutionary pathways related to the transposition of the directive 95/2014/EU within the Italian context. *Sustainability*, 12(1), 1–13. <https://doi.org/10.3390/SU12010092>
- Cohen, S., Manes-Rossi, F., & Brusca, I. (2023). Are SDGs being translated into accounting terms? Evidence from European cities. *Public Money and Management*. 43(7), 669-678, <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2243543>
- Contrafatto, M. (2013). 'Utopia' and 'Passion': A Commentary on 'Sustainability and Accounting Education: The Elephant in the Classroom', *Accounting Education: An International Journal*, 22(4), 336-339, DOI: 10.1080/09639284.2013.817797
- de Villiers, C., Dimes, R. & Molinari, M. (2024). How will AI text generation and processing impact sustainability reporting? Critical analysis, a conceptual framework, and avenues for future research. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 15(1), 96-118. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-02-2023-0097>
- Deegan, C. (2010). Legitimacy Theory. In Hoque, Z. (ed.). *Methodological issues in accounting research: Theories, methods and issues*. London: Spiramus
- Deegan, C.; Rankin, M. & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. 15 (3), 312-343. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570210435861>
- Dienes, D., Sassen, R. & Fixxher, J. (2016). What are the drivers of sustainability reporting? A systematic review. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7(2), 154-189.

<https://doi.org/10.1108/SAMPJ-08-2014-0050>

DiMaggio, P. & Powell, W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.

Eugénio, T.; Gomes, S.; Branco, M.C. & Morais, A. (2022). Non-Financial Reporting and Assurance: A New Opportunity for Auditors? Evidence from Portugal. *Sustainability*, 14, 13469. <https://doi.org/10.3390/su142013469>

European Federation of Accountants and Auditors for SMES (EFFA, 2023). Relato de Sustentabilidade – De que forma os Contabilistas Certificados podem reforçar as suas competências no apoio às PME's. https://portal.occ.pt/sites/default/files/public/2023-04/EFAA_mai2023a.pdf

Farisyi, S., Musadieg, M., Utami, H. & Damayanti, C. (2022). A Systematic Literature Review: Determinants of Sustainability Reporting in Developing Countries. *Sustainability*, 14(16), 10222. <https://doi.org/10.3390/su141610222>

Firmansyah, I. (2019). The Role of Accountants in Achieving Sustainable Development Goals: Academics Perspective. *Jurnal Ilmiah Akuntansi dan Bisnis*, 14(2), 242-250. <https://doi.org/10.24843/JIAB.2019.v14.i02.p09>

Freeman, R. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Perspective*. Pitman

García-Sánchez, I. M., Amor-Esteban, V., Aibar-Guzmán, C., & Aibar-Guzmán, B. (2023). Translating the 2030 Agenda into reality through stakeholder engagement. *Sustainable Development*, 31(2), 941-958. <https://doi.org/10.1002/sd.2431>

Guthrie J. & Parker L. (1989). Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. *Accounting and Business Research*. 19 (76), 343-352. <https://doi.org/10.1080/00014788.1989.9728863>

Heichl, V. & Hirsch, S. (2023). Sustainable fingerprint – Using textual analysis to detect how listed EU firms report about ESG topics. *Journal of Cleaner Production*, 426, 138960. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.138960>

Heras-Saizarbitoria, I., Urbieto, L. & Boiral O. (2022) Organizations' engagement with sustainable development goals: From cherry-picking to SDG-washing? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(2), 316–328. <https://doi.org/10.1002/csr.2202>

Herold, D. (2018). Demystifying the link between institutional theory and stakeholder theory in sustainability reporting. *Economics, Management and Sustainability*, 3(2), 6–19. <https://doi.org/10.14254/jems.2018.3-2.1>

Hörisch, J., Schaltegger, S. & Freeman, R. (2020). Accounting for sustainability and stakeholders: Field experiments and behavioral lab-experiments. *Journal of Cleaner Production*, 275(124097). <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124097>

Iliemena, R., Uagbale-Ekatah, R. & Seiyaibo, C. (2023). Role of Accountants in Achieving the Sustainable Development Goals (SDGS): Do Accountants Really Matter for Sustainable Development Goals? *European Journal of Business and Management*, 15 (2), 14-25

Jamali, D. (2008). A stakeholder approach to corporate social responsibility: A fresh perspective into theory and practice. *Journal of Business Ethics*, 82(1), 213-231, <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9572-4>

Jun, H. & Kim, M. (2021) From stakeholder communication to engagement for the sustainable development goals (SDGS): A case study of LG electronics. *Sustainability*, 13(15). 8624. <https://doi.org/10.3390/su13158624>

Lokuwaduge, C. & Heenetigala, K. (2017). Integrating environmental, social and governance (ESG) disclosure for a sustainable development: An Australian study. *Business Strategy and the Environment*, 26 (4), 438-450. <https://doi.org/10.1002/bse.1927>

López-Concepción, A, Gil-Lacruz, A. & Saz-Gil, I. (2022). Stakeholder engagement, CSR development and Sdgs compliance: A systematic review from 2015 to 2021, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(1), 19-31. <https://doi.org/10.1002/csr.2170>

Mahmud, M. (2020). Quest for a single theory to explain managerial motivations for sustainability disclosures: Legitimacy theory, stakeholder theory or institutional Theory, *Bulletin of Japanese Association for International Accounting Studies*, 7, 135-159

- Manes Rossi, F., Nicolò, G., & Argento, D. (2020). Non-financial reporting formats in public sector organizations: A structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32 (4), 639–669. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-03-2020-0037>
- Meschede, C. (2019), Information dissemination related to the Sustainable Development Goals on German local governmental websites, *Aslib Journal of Information Management*, 71 (3), 440-455. <https://doi.org/10.1108/AJIM-08-2018-0195>
- Mio, C., Fasan, M., Marcon, C., & Panfilo, S. (2020). The predictive ability of legitimacy and agency theory after the implementation of the EU directive on non-financial information. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(6), 2465–2476. <http://dx.doi.org/10.1002/csr.1968>
- Mol, A., van Schie, V., & Budding, Tjerk. (2024). Drivers of sustainability reporting by local governments over time: A structured literature review. *Financial Accountability & Management*, 1–30. <https://doi.org/10.1111/faam.12407>
- Moll, J., Burns, J. & Major, M. (2010). Institutional theory. In Hoque, Z. (ed.) *Methodological issues in accounting research: theories, methods and issues*. London: Spiramus.
- Nicolò, G., Aversano, N., Sannino, G., & Polcini, P. T. (2022). Online sustainability disclosure practices in the university context. The role of the board of directors. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 23(4), 800-826. <https://doi.org/10.1108/CG-05-2022-0224>
- Oliver, C. (1991). Strategic Responses to Institutional Processes. *Academy of Management Review*. Vol. 16, pp. 145-79. <https://doi.org/10.2307/258610>
- Ottenstein, P., Erben, S., Jost, S., Weuster, C.W. & Zülch, H. (2022). From voluntarism to regulation: effects of Directive 2014/95/EU on sustainability reporting in the EU, *Journal of Applied Accounting Research*, 23 (1), 55-98. <https://doi.org/10.1108/JAAR-03-2021-0075>
- Pizzi, S., Mastroleo, G., Venturelli, A., Caputo, F. (2024). The digitalization of sustainability reporting processes: A conceptual framework. *Business Strategy and the Environment*, 1– 11. <https://doi.org/10.1002/bse.3544>
- Posadas, S., Ruiz-Blanco, S., Fernandez-Feijoo, B., & Tarquinio, L. (2022). Institutional isomorphism under the test of Non-financial Reporting Directive. Evidence from Italy and Spain. *Meditari Accountancy Research*, 31(7), 26–48. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2022-1606>
- Pramono Sari, M., Faisal, F., & Harto, P. (2023). The determinants of higher education institutions' (HEIs) sustainability reporting. *Cogent Business & Management*, 10(3). <https://doi.org/10.1080/23311975.2023.2286668>
- Ribeiro, V.; Monteiro, S., Moura, A. (2016). Determinants of Sustainability e-reporting in Portuguese municipalities: an institutional and legitimacy theoretical framework, *Corporate Responsibility and Stakeholding, Developments in Corporate Governance and Responsibility*, 10, 131-163. <https://doi.org/10.1108/S2043-05232016000010011>
- Roberts, R. (1992). Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of Stakeholder Theory. *Accounting, Organizations and Society*. 17 (6), 595-612. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90015-K](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90015-K)
- Rosa, M., Boscaroli, C. & Freitas Zara, K.. (2024), A systematic review of the trends and patterns of sustainability reporting in universities, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 25(3), 556-576. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-12-2022-0399>
- Rosak-Szyrocka, J., Apostu, S., Ali Turi, J. & Tanveer, A. (2022). University 4.0 Sustainable Development in the Way of Society 5.0. *Sustainability*, 14, 16043. <https://doi.org/10.3390/su142316043>
- Sawani, Y., Joseph, C., Janggu, T., Hossen, R. & Atan, P. (2023). Content Analysis of Sustainable Development Goals Information on Malaysian City Councils' Websites. *IPN Journal of Research and Practice in Public Sector Accounting and Management*, 12(1), 1-32. <http://dx.doi.org/10.58458/ipnj.v12.01.01.0074>
- Seretakis, A. & Mezzanotte, F. (2023). Corporate sustainability reporting and blockchain. *European Company Law*, 20(5), 97-102 (2023). <https://doi.org/10.54648/eucl2023018>
- Singhania, M. & Chadha, G. (2023). Thirty years of sustainability reporting research: a scientometric analysis. *Environmental Science and Pollution Research*, 30, 102047–102082. <https://doi.org/10.1007/s11356-023-29452-2>

- Stefanescu, C. (2021). Sustainability reporting in the public realm—Trends and patterns in knowledge development. *Sustainability*, 13(8), 4128. <https://doi.org/10.3390/su13084128>
- Suchman, M. (1995) Managing Legitimacy: Strategic and Institutional approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. <http://dx.doi.org/10.2307/258788>
- Vithana, K., Soobaroyen, T. & Ntim, C. (2021). Human Resource Disclosures in UK Corporate Annual Reports: To What Extent Do These Reflect Organisational Priorities Towards Labour?. *Journal of Business Ethics*, 169, 475–497. <https://doi.org/10.1007/>

4.4 Bibliografia recomendada

Para além das referências bibliográficas apresentadas ao longo deste Relatório, recomenda-se ainda a bibliografia abaixo indicada para consulta pelos alunos no âmbito desta UC. Embora seja recomendada bibliografia para cada um dos capítulos do programa, estamos conscientes que, em alguns casos, possa ser difícil circunscrever as referências bibliográficas a um único capítulo.

Capítulo 1

- Atkinson, D. (2002). *Local Government, Local Governance and Sustainable Development Getting The Parameters Right*. Human Sciences Research Council Publishers. ISBN 9780796920799
- Bexell, M. & Jönsson, K. (2021). *The Politics of the Sustainable Development Goals: Legitimacy, Responsibility, and Accountability*. Routledge. ISBN 9781003043614
- Chennattuserry, J., Elangivan, N. & Paul, V (2023) Models for Social Responsibility Action by Higher Education Institutions, Series: Education in a Competitive and Globalizing World, Nova
- Cho, C. , Michelon, G., Patten, D. & Roberts, R. (2015), CSR disclosure: the more things change...?, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28 (1), 14-35. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-12-2013-1549>
- Crowther, D. & Aras, Guler (2016). Corporate Social Responsibility. Booboon Learning
- Das, J., Taneja, S. & Arora, H (2021). *Corporate social responsibility and sustainable development: Strategies, practices and business models*, Routledge. ISBN 9780367273057
- Gough, S. & Scott, W. (2007). *Higher Education and Sustainable Development: Paradox and Possibility*, Routledge. ISBN 9780415560511
- Gray, R., Adams, C. & Owen, D. (2014). *Accountability, Social Responsibility and Sustainability: Accounting for Society and the Environment*. Pearson Education.
- Herriot, S. (2016). Metrics for Sustainable Business: Measures and Standards for the Assessment of Organizations, Routledge. ISBN 9781315697703
- Hummel, K., Mittelbach-Hörmanseder, S., Cho, C. H., & Matten, D. (2022). Corporate social responsibility disclosure: a topic-based approach. *Accounting and Business Research*, 54(1), 87–124. <https://doi.org/10.1080/00014788.2022.2071199>
- Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES) (2018), Livro Verde (2018) Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior
- Rasche, A., Morsing, M., & Moon, J. (Eds.). (2017). Corporate social responsibility – Strategy, communication, governance. Cambridge University Press.
- Rayman-Bacchus, L. & Walsh, P. (2021). *Corporate Responsibility and Sustainable Development: An Integrative Perspective*. Routledge. ISBN 9781315142524
- Santos, M. (2006), Responsabilidade Social nas PME – Casos em Portugal”, RH Editora, Lisboa

Steurer, R., Margula, S. & Martinuzzi, A. (2012). Public Policies on CSR in Europe: Themes, Instruments, and Regional Differences, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19(4), 206–227. <https://doi.org/10.1002/csr.264>

van Marrewijk, M. Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion. *Journal of Business Ethics*, 44, 95–105. <https://doi.org/10.1023/A:1023331212247>

Capítulo 2

Adams, C. (2022) *Handbook of Accounting and Sustainability*. Research Handbooks on Accounting series, Edward Elgar Publishing, ISBN 978 1 80037 350 1

Adams, C. (2017). The Sustainable Development Goals, integrated thinking and the integrated report, published by the IIRC and ICAS. ISBN: 978-1-909883-41-3

Adams, C. A. (2020). Sustainability Reporting and Value Creation. *Social and Environmental Accountability Journal*, 40(3), 191–197. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2020.1837643>

Barker, R. & Mayer, C. (2024). Seeing double corporate reporting through the materiality lenses of both investors and nature. *Accounting Forum*, 1–31. <https://doi.org/10.1080/01559982.2023.2277982>

Bebbington, J., Larrinaga, C., O'Dwyer, B., & Thomson, I. (Eds.). (2021). *Routledge Handbook of environmental accounting*. London: Routledge. ISBN 9780367724900

Bernardi, C. (2020). *Implementing Integrated Reporting: Lessons from the Field* (SpringerBriefs in Accounting). Springer. ISBN978-3-030-11193-9

Bini, L., Schaper, S., Simoni, L., Giunta, F., & Nielsen, C. (2023). Mandatory non-financial disclosure: is everybody on the same page about business model reporting? *Accounting Forum*, 47(2), 198–222. <https://doi.org/10.1080/01559982.2023.2170036>

Bini, Laura; Belluci, Marco (2020). *Integrated Sustainability Reporting. Linking Environmental and Social Information to Value Creation Processes*. Springer. ISBN 978-3-030-24953-3

Breijer, R., Erkens, M. H. R., Orij, R. P., & Vergoossen, R. G. A. (2024). Mandatory versus voluntary non-financial reporting: reporting practices and economic consequences. *Accounting Forum*, 1–33. <https://doi.org/10.1080/01559982.2024.2326334>

Buallay, A.M. (2022), *International Perspectives on Sustainability Reporting*, Emerald Publishing Limited, Bingley. ISBN: 978-1-80117-857-0

De Villiers, C., & Maroun, W. (Eds.) (2018). *Sustainability accounting and integrated reporting*. Routledge. ISBN 9780367889463

De Villiers, C., Cho, C. H., Turner, M. J., & Scarpa, R. (2021). Are Shareholders Willing to Pay for Financial, Social and Environmental Disclosure? A Choice-based Experiment. *European Accounting Review*, 32(1), 1–28. <https://doi.org/10.1080/09638180.2021.1944890>

Del Baldo, M., Dillard, J., Baldarelli, M.G. & Ciambotti, M. (eds) (2020). *Accounting, Accountability and Society: Trends and Perspectives in Reporting, Management and Governance for Sustainability*, Series CSR Sustainability, Ethics & Governance. Springer. ISBN-10 3030411435

Eccles, R. G., & Krzus M. P. (2014). *The integrated reporting movement: meaning, momentum, motives and materiality*. Wiley Corporate F&A. SBN: 978-1-118-64698-4

Eugénio, T. (2004), *Gestão e Contabilidade Ambiental*, Áreas Editora

Eugénio, T. (2011), *Contabilidade Ambiental*, Verlag Dashofer

Faria, M. J. S. (2015). *Responsabilidade social empresarial – relato e análise económica e financeira*. Vida Económica. ISBN 9789897681189

García-Torea, N., Luque-Vílchez, M., & Rodríguez-Gutiérrez, P. (2024). The EU Taxonomy, sustainability reporting and financial institutions: understanding the elements driving regulatory uncertainty. *Accounting Forum*, 1–28. <https://doi.org/10.1080/01559982.2024.2364953>

- Hummel, K., & Bauernhofer, K. (2024). Consequences of sustainability reporting mandates: evidence from the EU taxonomy regulation. *Accounting Forum*, 1–27. <https://doi.org/10.1080/01559982.2024.2301854>
- Kelsall, C. (2019). *Social and environmental accounting (SEA)*. Booboon Learning
- Laine, M., Tregidga, H., Unerman, J. (2021) *Sustainability Accounting and Accountability*, Routledge. ISBN 9781003185611
- Rowbottom, N. (2023), Orchestration and consolidation in corporate sustainability reporting. The legacy of the Corporate Reporting Dialogue, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 36 (3), pp. 885-912. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2021-5330>
- White, G. (2015). *Sustainability Reporting: Getting Started*, Managerial Accounting Colection, Business Expert Press. ISBN: 9781631571091

Capítulo 3

- Adams, C. (forthcoming). The 2030 Agenda for Sustainable Development and the Future of the Corporate Reporting Model, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), United Nations, New York and Geneva.
- Adams, C. (2018). Debate: Integrated reporting and accounting for sustainable development across generations by universities. *Public Money & Management*, 38(5), 332–334. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1477580>
- Al-Dosari, M., Marques, A., & Fairbrass, J. (2023). The effect of the EU's directive on non-financial disclosures of the oil and gas industry. *Accounting Forum*, 47(2), 166–197. <https://doi.org/10.1080/01559982.2023.2198179>
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2011). The Importance of Peer-Reviewed Social and Environmental Accountability Research in Advancing Sustainability. *Social and Environmental Accountability Journal*, 31(1), 1–6. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2011.556012>
- Bebbington, J., Gray, R., Thomson, I., & Walters, D. (1994). Accountants' Attitudes and Environmentally-sensitive Accounting. *Accounting and Business Research*, 24(94), 109–120. <https://doi.org/10.1080/00014788.1994.9729470>
- Bebbington, J., Laine, M., Larrinaga, C., & Michelon, G. (2023). Environmental Accounting in the *European Accounting Review: A Reflection*. *European Accounting Review*, 32(5), 1107–1128. <https://doi.org/10.1080/09638180.2023.2254351>
- Ching, H. & Gerab, F. (2017), Sustainability reports in Brazil through the lens of signaling, legitimacy and stakeholder theories, *Social Responsibility Journal*, 13(1), p95-110. <https://doi.org/10.1108/SRJ-10-2015-0147>
- Cho, C., Matias, L. Roberts, R. & Rodrigue, M. (2015). Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 40, 78–94. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.12.003>
- Coate, C. & Mitschow, M. (2018), Luca Pacioli and the Role of Accounting and Business: Early Lessons in Social Responsibility", Jeffrey, C. (Ed.) *Research on Professional Responsibility and Ethics in Accounting (Research on Professional Responsibility and Ethics in Accounting, Vol. 21)*, Emerald Publishing Limited, Leeds, pp. 1-16. <https://doi.org/10.1108/>
- Deegan, C. (2017), Twenty five years of social and environmental accounting research within Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 65-87. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.005>
- Elmagrhi, M., & Ntim, C. (2022). Non-financial reporting in non-profit organisations: the case of risk and governance disclosures in UK higher education institutions. *Accounting Forum*, 47(2), 223–248. <https://doi.org/10.1080/01559982.2022.2148854>
- Ferrero-Ferrero I., Fernández-Izquierdo M., Muñoz-Torres M. & Bellés-Colomer L. (2018). Stakeholder engagement in sustainability reporting in higher education: An analysis of key internal stakeholders'

- expectations, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 19 (2), 313-336, <https://doi.org/10.1108/IJSHE-06-2016-0116>
- Garcia-Torea, N., Giordano-Spring, S., Larrinaga, C., & Rivière-Giordano, G. (2021). Accounting for Carbon Emission Allowances: An Empirical Analysis in the EU ETS Phase 3. *Social and Environmental Accountability Journal*, 42(1–2), 93–115. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2021.2012496>
- Kaur, A. & Lodhia, S. (2018), Stakeholder engagement in sustainability accounting and reporting: A study of Australian local councils, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 338-368. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-12-2014-1901>
- Kaur, A. & Lodhia, S. (2017), The Extent of Stakeholder Engagement in Sustainability Accounting and Reporting: Does Empowerment of Stakeholders Really Exist?", *Modern Organisational Governance in Developments in Corporate Governance and Responsibility*, 12, 129-145. <https://doi.org/10.1108/S2043-052320170000012007>
- Lee, W., Birkey, R., & Patten, D. M. (2016). Exposing Students to Environmental Sustainability in Accounting: An Analysis of Its Impacts in a US Setting. *Social and Environmental Accountability Journal*, 37(2), 81–96. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2016.1270225>
- Lombardi, R. & Secundo, G. (2021). The digital transformation of corporate reporting – a systematic literature review and avenues for future research. *Meditari Accountancy Research*, 29(5), 1179-1208. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2020-0870>
- Niemann, L., & Hoppe, T. (2017). Sustainability reporting by local governments: a magic tool? Lessons on use and usefulness from European pioneers. *Public Management Review*, 20(1), 201–223. <https://doi.org/10.1080/14719037.2017.1293149>
- Mahmood, Z. & Uddin, S. (2021), Institutional logics and practice variations in sustainability reporting: evidence from an emerging field, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 34 (5), 1163-1189. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2019-4086>
- Palma, M., Lourenço, I. & Branco, M. (2021). Web-based sustainability reporting by family companies: the role of the richest European families. *Accounting Forum*, 46(4), 344–368. <https://doi.org/10.1080/01559982.2021.1979331>
- Rimmel, G., Aras, G., Baboukardos, D., Krasodomska, J., Nielsen, C. & Schiemann, F. (2024). Research Handbook on Sustainability Reporting in Research Handbooks on Accounting series. Edward Elgar Publishing ISBN: 978 1 03531 625 0
- Ryan, B.; Scapens, R. & Theobald, M. (2002), *Research Method & Methodology in Finance & Accounting*, 2nd Edition, London: Thomson. ISBN-10 1861528817
- Saxena, A., Singh, R., Gehlot, A., Akram, S. V., Twala, B., Singh, A., Montero, E. C. & Priyadarshi, N. (2023). Technologies Empowered Environmental, Social, and Governance (ESG): An Industry 4.0 Landscape. *Sustainability*, 15(1), 309. <https://doi.org/10.3390/su15010309>
- Simpson, S., Aboagye-Otchere, F., & Ahadzie, R. (2021). Assurance of environmental, social and governance disclosures in a developing country: perspectives of regulators and quasi-regulators. *Accounting Forum*, 46(2), 109–133. <https://doi.org/10.1080/01559982.2021.1927481>
- Stuart M. Cooper; David L. Owen. (2007). Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7-8), 0–667. doi:10.1016/j.aos.2007.02.001
- Theresa Hammond, Kenneth Danko, Mark Landis, (2014), Social Accounting and Accounting Textbooks: Professors' Responsibility to Promote the Interests of Students, in Cheryl R. Lehman (ed.) *Managing Reality: Accountability and the Miasma of Private and Public*, Volume 16, pp.145 – 185
- Williams, B. (2015). The local government accountants' perspective on sustainability, *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6 (2), 267-287. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2014-0043>

Apêndices

Apêndice 1 – Exemplo de Quizz

Q1: Qual dos seguintes elementos é (são) um elemento central do desenvolvimento sustentável?

- 1.Crescimento económico
- 2.Inclusão social
- 3.Proteção do ambiente

- A) 1 e 2 apenas
- B) 2 e 3 apenas
- C) 1, 2 e 3
- D) Nenhuma das anteriores

Resposta: C

Q2: Qual é o referencial mais utilizado no mundo para a elaboração de relatórios de sustentabilidade?

- A) Global Reporting Initiative (GRI) Standards
- B) International Integrated Reporting Framework (Value reporting foundation)
- C) SDG Compass
- D) Sustainability Accounting Standards Board (SASB)

Resposta: A

Q3: Qual é a melhor descrição das categorias em que as normas GRI estão organizadas?

- A) Ambiental, Social e Governamental
- B) Universal, Económica, Ambiental e Social
- C) Económico, governamental e social
- D) Governamental, Privado e Económico

Resposta: B

Q4: O relato integrado visa apoiar o pensamento, a tomada de decisões e as ações integradas que se centram na criação de valor a curto, médio e longo prazo.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

Resposta: A

Q5. Que empresas terão de cumprir a nova diretiva europeia sobre sustentabilidade (CSRD- âmbito de aplicação)?

- A) Todas as grandes empresas da UE (cotadas ou não).
- B) As PME cotadas em bolsa.
- C) As empresas não comunitárias com um volume de negócios superior a 150 milhões na UE e que tenham uma filial ou sucursal na UE.
- D) Todas as respostas anteriores estão corretas.

Resposta: D

Q6. Atualmente, ainda não existe um framework amplamente aceite para a elaboração de relatórios sobre os ODS.

- A) Verdadeiro
- B) Falso

Resposta: A

Apêndice 2- Trabalho de grupo: guião de análise

Guião de análise de conteúdo ao relatório, para produção de vídeo

Nome da entidade _____

Ano e designação do relatório _____

			Comentários
1. Qual a experiência e periodicidade da entidade em produzir relatórios de sustentabilidade?			
2. Qual a estratégia de sustentabilidade comunicada pela entidade?			
3. Há alinhamento entre a estratégia da empresa e os Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)? Define ODS prioritários? Quais?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	ODS prioritários: _____
	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
4. Que referencial(ais) para o relato da sustentabilidade foi(oram) adotado(s)?	GRI <input type="checkbox"/>	IR <input type="checkbox"/>	Outro(s): _____
5. Como se posiciona a entidade em termos de sustentabilidade, nos âmbitos ambiental, social e económico/governança (ESG)? A entidade define metas ESG mensuráveis com um horizonte temporal?			
6. Há alinhamento do relato efetuado com os ODS? De que forma (secção específica/ligação a indicadores/ligação a “capitais”, etc)?			
7. A entidade realiza análise de materialidade? Em caso afirmativo, tem em consideração a dupla materialidade?			
8. A entidade submete o seu relatório de sustentabilidade a verificação externa?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	

Observações:

Apêndice 3 - Critérios de avaliação da apresentação do vídeo (avaliação pelos pares)

Conteúdo do vídeo	Rigor (profundidade, organização lógica)
	Poder de Síntese
	Espírito Crítico
Apresentação visual	Originalidade/criatividade do vídeo
	Apelabilidade (captação do público)
Apresentação oral	Clareza na narração
	Interação com o público

Devem avaliar de forma qualitativa, através de um pequeno texto, culminando com a avaliação final do vídeo usando a seguinte escala: Excelente, Muito Bom, Bom, Regular, Insatisfatório

Apêndice 4- Trabalho individual: *template*



Título do tema de desenvolvimento

Alunos: Nome e número

Mestrado: Designação

Local, data

Nota inicial:

Este é um trabalho simplificado num pequeno número de páginas pelo que não necessita de índice e deve obedecer à estrutura organizativa seguinte:

Introdução

(...)

Revisão de literatura

(...)

Instrução 1:

Os artigos selecionados (no mínimo 4) devem versar sobre o mesmo tema de desenvolvimento, devendo ser analisados de forma crítica. Poderão ser analisados mais artigos científicos (sugestão: pesquisar em publicações das bases de dados <https://www.researchgate.net>; <http://www.b-on.pt/>; <http://www.sciencedirect.com/>; <http://www.emeraldinsight.com/>

Outras bases de dados: <http://www.rcaap.pt/>; <http://dialnet.unirioja.es/>; <http://www.ssrn.com/>; <http://www.doaj.org/>

Instrução 2:

Este ponto poderá ter títulos ou subtítulos (numerados ou não), ajustados ao tema em revisão, e deverá incluir no final a seguinte tabela (ou similar, eventualmente configurada na forma horizontal para ajustar o texto à tabela e ao formato A4):

Tabela

Síntese comparativa da revisão de literatura de artigos sobre (escrever o tema)

Autores(data)	Objetivo da investigação	Amostra e período de análise	Metodologia de investigação	Resultados
1. Autor(es)				
2. Autor(es)				
3. Autor(es)				
(...)				

Conclusão e pista(s) para investigação futura

Este ponto sumariza as principais conclusões do trabalho, podendo também identificar falhas/limitações dos estudos analisados, que a investigação futura poderá colmatar, indicando nova(s) pista(s) ou proposta(s) de estudo(s) futuro(s).

(...)

Referências

(...)

Instrução 1:

Este ponto conterá apenas e exatamente a lista final das referências bibliográficas na base da revisão de literatura (Norma APA para citações no texto e lista final de referências).

Instrução 2:

Exemplo de uma referência segundo a norma APA (ver mais em <http://www.docstyles.com/apacrib.htm#Sec61>):

Chan, K., Chan, K., Seow, G., & Tam, K. (2009). Ranking accounting journals using dissertation citation analysis: a research note. *Accounting, organizations and society*, 34(6-7), 875-885.

Instrução 3:

Por se tratar de um trabalho curto não há páginas reservadas, ou seja, desde a introdução às referências, não se deve escrever em nova página só porque se inicia um novo título.

Apêndice 5 - Critérios de avaliação da apresentação do trabalho individual (avaliação pelos pares)

- Clareza e Organização Geral: Estrutura, fluidez e lógica do trabalho.
- Originalidade e Relevância: Contribuição ao campo de estudo e inovação do tema.
- Discussão: Clareza na apresentação e análise dos resultados dos estudos, e interpretação crítica, incluindo comparação com a literatura e relevância das conclusões.
- Investigação futura: inovação na proposta de estudos futuros, nomeadamente nos argumentos para justificar o gap e na metodologia proposta.

Devem avaliar de forma qualitativa, através de um pequeno texto, culminando com a avaliação final da apresentação do trabalho usando a seguinte escala: Excelente, Muito Bom, Bom, Regular, Insatisfatório